ÍNDICE

TÍTULOS	FÔLHAS
Dos Tributos em Geral	1
Do Sistema Tributário Municipal	1
Dos Impostos e Taxas	1
Da Legislação Fiscal	3
Dos Impostos	4
Das Taxas	5
Das tarifas	5
Das Contribuições de Melhoria	6
Dos Órgãos Ficais	6
Das Exatorias	7
Da Competência	7
Das Obrigações Acessórias	7
Do Lançamento	8
Dos Autos de Infração	11
Dos Inquéritos Administrativos	13
Dos Conhecimentos da Arrecadação	17
Das Restituições	19
Dos Recursos	20
Do Arbitramento	20
Das Isenções	21
Da Dívida Ativa	22
Das Penalidades em Geral	23
Da Proibição de Transacionar com a Prefeitura	24
Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções	24
Da Sujeição a Sistema Especial de Fiscalização	25
Do Casdastro Fiscal	25
Do Impôsto Predial	26
Da Incidência	26
Do Lançamento	28
Da Arrecadação.	30
Da Inscrição em Dívida Ativa	30
Do Impôsto Territorial Urbano	30
Da Incidência	30
Do Lançamento	32
Da Arrecadação	33
Da Inscrição em Dívida Ativa	34
Do Impôsto S/Serviços de Qualquer Natureza	34
Da Incidência	34
Do Lançamento	35
Da Arrecadação	35
Da Contribuição de Melhoria	36
Da Taxa de Licença	37
Da Incidência	37
Do Lançamento	38
Da Arrecadação	39
Da Taxa de Expediente e Emolumentos	40
Da Incidência	40
Da Arrecadação	40
Da Taxa Rodoviária	40
Da Incidência	40
Do Lançamento e da Arrecadação	41
Da Taxa de Serviços Urbanos	42
Da Taxa de Viação	43
Das Taxas de Calçamento em Geral, Meio-Fios, Sragetas e Passeios	43
Da Taxa de Educação	44
Da Incidência, Lançamento e Arrecadação	44
Rendas Provenientes do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços	45
Das Rendas Industriais	45
Das Taxas Complementares	45
Das Rendas de Matadouros	46
Das Rendas de Cemitérios	46
Das Outras Rendas Municipais	47
Das Penas	47
Das Isenções	50
Das Isenções de Impostos	50
Das Isenções das Taxas Municipais	50
Disposições Finais	51

Digitalizado com CamScanner

L E I Nº 12 DE 30 / Novembro DE 1968

Institui o Código Tributário do Município de Matias Barbosa, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matias Barbosa decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

Dos Tributos em Geral

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário Municipal

Art. 1º - Esta lei dispõe sôbre os fatos geradores, incidência, alíquotas, lançamentos, arrecadação, cobrança e fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de Direito Fiscal a êles pertinentes.

Art. 2º - A Parte Geral dêste Código contém as disposições gerais do sistema tributário Municipal e a Especial, as que se referem, particularmente, a cada tributo.

CAPÍTULO II

Dos Impostos e Taxas

Art. 3º - Além dos tributos que vierem a ser criados qu que lhe forem transferidos pela União ou pelo Estado, nos têrmos da Constituição Federal, integram o sistema tributário Municipal:

I - impôsto predial;

II - impôsto territorial urbano;

III - impôsto sôbre serviços de qualquer natureza.

Art. 4º - Compete, ainda, ao Município cobrar:

I - Contribuição de melhoria na forma da Constituição;

II - Taxas pelo exercício regular do poder de polícia, compreendendo:

Digitalizado com CamScanner

Observado o disposto no § 1º dêste artigo, é extensivo às autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por outros Municípios, tão sòmente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas/ decorrentes.

Art. 9º - O disposto na alínea "A" do inciso IV do artigo 6º, dêste Código, não é extensivo aos serviços públicos concedidos cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no / que se refere aos tributos de sua competência, ressalvados os serviços públicos federais concedidos, cuja isenção geral de tributos pode ser instituida pela União, por meio de lei especial e tendo em / vista o interêsse comum, observado, nesse caso, o disposto no § 1º / do referido artigo 6º.

Parágrafo Único - As leis especiais a que se refere êste artigo, vigentes à data da promulgação dêste código, permanecem / em vigor enquanto não revogadas ou alteradas por outras.

Art. 10º - O disposto na alínea "C", do inciso IV, do / artigo 6º, é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nêle referidas:

I Não distribuirem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II Aplicarem integralmente os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos sociais.

III Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º- Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 6º, a lei pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º- Os serviços a que se refere a alínea "C" do/ inciso IV do artigo 6º são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos sociais das entidades de que trata êste artigo, previstos nos repectivos estatutos ou atos constitutivos.

Art. 11º - Sòmente a União pode instituir empréstimos / compulsórios.

CAPÍTULO IV

Dos Impostos

Digitalizado com CamScanner

Art. 12º - Impôsto é o tributo cuja obrigação te por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

CAPÍTULO V

Das Taxas

Art. 13º - As taxas cobradas pelo Município, no âmbito / de suas atribuições, têm como fato gerador o exercício do poder de / polícia ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo Único - A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

Art. 14º - Considera-se poder de polícia a atividade da / administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interêsse, ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interêsse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo Único - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente, nos limites da lei, aplicável, com observância do prodesso legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 15º - Os serviços públicos a que se refere o artigo 13 consideram-se:

I Utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por êle usufruídos a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição, mediante atividades administrativa em efetivo funcionamento;

II Específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III disíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

CAPÍTULO VI

Das Tarifas

Art. 16 - As Tarifas, cobradas pelo Município, dentro de

Digitalizado com CamScanner

suas atribuições, têm como fato gerador, a utilização, pelo Contribuinte ou pela permanência à sua disposição, dos competentes serviços e deverá manter o custeio dos mesmos.

§ 1º - As Tarifas serão revistas anualmente, sempre que necessário.

§ 2º - Constituirão as tarifas todos os serviços compreendidos Receita Industrial da Prefeitura.

CAPÍTULO VII
Das Contribuições de Melhoria

Art. 17º - A contribuição de melhoria, cobrada pelo Município no âmbito de suas atribuições, é instituida para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, na forma do disposto na Legislação Federal.

CAPÍTULO VIII
Dos Órgãos Fiscais

Art. 18 - Tôdas as Funções referentes a cadastramente, lançamento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições desta lei e de outras leis municipais de ordem fiscal, bem como as medidas / de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a êles subordinadas, segundo as atribuições / contantes de lei municipal, decretos ou regulamentos.

Art. 19 - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, sem prejuizo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom andamento de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes sôbre a interpretação e fiel observância dêste Código e das Leis Ficais de Muhicípio.

Parágrafo Único - Aos contribuintes é facultado reclamar aos respectivos órgãos responsáveis a falta de assistência.

Art. 20 - Os órgãos fazendários ou responsáveis, farão imprimir e distribuir modelos de declarações e de documentos que devam / ser preenchidos obrigatòriamente pelos contribuintes, para efeito fiscal, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas, tarifas , contribuições e outras rendas municipais.

CAPÍTULO IX
Das Autoridades Ficais

Art. 21 - São autoridades fiscais, para os efeitos dêste

Digitalizado com CamScanner

Código, as que forem mencionadas em leis e regulamentos do Município e tiverem jurisdição definida em regulamentos e nesta lei.

Art. 22º - São exatores todos quanto estiverem investidos da função de arrecadar; e representantes da Fazenda Pública Municipal, não só os exatores, como todos os que tiverem a seu cargos representação dos interêsses fiscais do Município.

CAPÍTULO X
Das Exatorias

Art. 23 - Exatorias Municipais são as repartições que, por lei, têm a função de arrecadar os tributos municipais, diretamente ou por prepostos.

CAPÍTULO XI
Da Competência

Art. 24 - Os tributos municipais são arrecadados ou / exigidos pela Tesouraria ou Serviço de Fazenda, seus agentes, auxiliares ou prepostos, em todo o Município.

CAPÍTULO XII
Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 25 - Os contribuintes ou quaisquer responsáveis/ por tributos municipais, são obrigados a cumprir as determinações / desta lei, das leis subsequentes, da mesma natureza, bem como dos atos nela previstos, estabelecidos com o fim de facilitar o lançamento, fiscalização e cobrança de tributos.

§ 1º - Sem prejuizo do que vier a ser estabelecido de maneira especial, os contribuintes e os responsáveis por tributos , estão obrigados:

I A apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta lei e dos respectivos regulamentos;

II A comunicar aos órgãos próprios da administração, dentro de trinta (30) dias da respectiva efetivação, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigações tributárias;

III A conservar e apresentar ao Fisco Municipal, / quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigações / tributárias ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados / consignados em guias e documentos fiscais do Município ou de outras pessoas de direito público;

IV

Digitalizado com CamScanner

IV A prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juizo do Fisco, se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias;

V De modo geral, a facilitar por todos os meios a e seu alcance, as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos devidos ao erário municipal.

§ 2º - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 26 - O Fisco poderá requisitar a terceiros, e êstes ficam obrigados a fornecer-lhe tôdas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais / tenham contribuido ou que devam conhecer, salvo quando, por fôrça / de lei, devam guardar sigilo em relação a êsses fatos.

§ 1º - As informações por fôrça dêste artigo, têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interêsses fiscais do Município;

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos têrmos do / Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos que forem exibidos.

CAPÍTULO VIII
Do Lançamento

Art. 27 - Lançamento é o ato privativo da autoridade/ administrativa, destinado a tornar exigível o crédito tributário, / mediante verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - Os lançamentos dos tributos municipais serão feitos pelos funcionários da repartição competente e por auxiliares de lançamentos, para tal fim designados.

Art. 28 - O ato de lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário, previstas nesta lei.

Art. 29 - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então / vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, salvo disposição em contrário.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento e legislação que posteriormente ao nascimento da obrigação, haja estabelecido novos mé-

Digitalizado com CamScanner

todos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou ortogado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Art. 30 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente, do Município.

Parágrafo Único - A omissão ou êrro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de / qualquer modo lhe aproveita.

Art. 31 - O lançamento efetuar-se-á com base em dados constantes do Cadastro Fiscal do Município e declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e épocas estabelecidas nesta lei e nas demais leis e regulamentos do Município.

§ 1º - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º - O órgão fazendário competente examinará as declarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados.

§ 3º - Far-se-á o lançamento de ofício, com base elementos disponíveis:

I Quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração, ou a mesma paresentar-se inexata, por serem falsos, errôneos ou duvidosos os fatos consignados;

II Quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável deixar de atender, satisfatòriamente, no prazo e forma legais, pedido de / esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, ou quando a autoridade municipal julgar conveniente o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis.

Art. 32 - Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente poderá:

A) exigir a qualquer tempo a exibição de livros fis-

Digitalizado com CamScanner

cais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;

b) fazer inspeções nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações / tributárias ou nos bens que constituem matéria punível;

c) exigir informações e comunicações escritas e verbais;

d) notificar, para comparecer às repartições da Prefeitura, o contribuinte ou responsável;

e) solicitar ordem de autoridade judicial para levar a efeito as inspeções ou o registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos / contribuintes e responsáveis, quando êstes se opuserem ou criarem obstáculos à realização da diligência.

Parágrafo Único - Nos casos a que se refere a letra "E", os funcionários lavrarão auto de diligência, do qual constarão especificadamente os elementos examinados.

Art. 33 - O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na / Prefeitura, ou publicado em jornal ou mediante notificação direta / feita como aviso, para servir como guia de pagamento.

Art. 34 - Os lançamentos poderão ser revistos pelos órgãos competentes, sempre que se verificar êrro na fixação da base / tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelos órgãos fazendários.

Art. 35 - Os lançamentos efetuados "ex-ofício", ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face de superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizado no lançamento anterior.

§ 1º - É também facultado à fiscalização o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação de elementos necessários ao lançamento.

§ 2º - O Arbitramento será efetuado por funcionário fiscal ou preposto da Fazenda Municipal ou, ainda, por servidor designado pelo Prefeito do Município.

§ 3º - O arbitramento, que não terá caráter punitivo , determinará a base tributária e servirá de fundamento à instauração de processo fiscal.

§ 4º - O arbitramento, observadas as determinações dêste artigo, será efetuado na forma do Capítulo XVIII dêste Título.

Digitalizado com CamScanner

Art. 36 - Os lançamentos de tributos serão feitos em livros próprios ou em fichas, arredondando-se para NCR$0,10 (dez - centavos novos) as frações inferiores a essa importância.

CAPÍTULO XIV

Dos Autos de Infração

Art. 37 - A lavratura de autos de infração desta lei, como de qualquer lei fiscal do Município, terá lugar sempre que alguém fôr surpreendido por autoridade do Município, na prática de ato de que resulta evasão de rendas municipais, consumada ou não.

§ 1º - O auto de infração será lavrado, ainda que pagos os impostos e multas sem relutância, sempre que não se encontrar em poder da autoridade ou da repartição, prova bastante da infração, ou quando se presumir que a prova desta não se poderá obter posteriormente, com facilidade.

§ 2º - Satisfeita a exigência fiscal, não será necessária a lavratura de auto de infração, se esta se puder provar por / meio de certidões fornecidas por qualquer repartição pública, escrita comercial ou fiscal reconhecida, ou outro meio legalmente hábil.

§ 3º - Será lavrado auto de infração nos seguintes / casos:

I Prática de atos e atividades tributáveis, sem prévia regularização da licença e pagamento dos tributos devidos, dentro dos prazos estabelecidos / em lei ;

II Apresentação de documentos infiéis para efeito de reduzir o valor do imóvel sujeito a impostos ou / para outros efeitos;

III Outros atos de que possa resultar evasão de rendas.

§ 4º - No caso da alínea "I", tratando-se de atividade sujeita a prévio licenciamento, além da lavratura do auto de infração, far-se-á, sempre que possível, comunicação à repartição a que esteja entregue a sua fiscalização.

Art. 38 - Em caso de infração, o representante da Fazenda Municipal notificará o infrator a pagar os impostos e multas / devidos.

§ 1º - Recusando-se o infrator e não se tratando de contribuinte estabelecido, a referida autoridade lavrará auto de infração, apreensão e depósito, do qual constarão o dispositivo legal

Digitalizado com CamScanner

infrigido, as características da infração e o seu objetivo, bem como os bens apreendidos e o seu depósito em mãos do depositário público ou pessoa idônea, mediante competente auto de depósito.

§ 2º - No caso de recusa do infrator em assinar o auto de infração, consignará a autoridade fiscal a recusa, que deverá ser confirmada por duas testemunhas, no mínimo, estranhas ao serviço público municipal e que subscreverão o auto, juntamente com o autuante.

§ 3º - É assegurada ao infrator ampla defesa, e não / satisfeita sua responsabilidade perante o fisco, dentro do prazo de cinco dias, poderá, dentro dos 20 (vinte) dias subsequentes a êstes, apresentar defesa, mediante prova documental ou testemunhal, sendo/ as testemunhas inqueridas pelo representante da Fazenda e reduzidos a têrmo e anexados ao processo os seus depoimentos, com os documentos oferecidos.

§ 4º - Esgotado o prazo do parágrafo anterior sem que o infrator se defenda, o representante da Fazenda certificará o fato no processo.

Art. 39 - Os autos de infração, apreensão e depósito, serão lavrados pelo representante da Fazenda que descobrir a fraude, ou por quem fôr designado para servir como escrivão, e obedecerão / aos modelos aprovados para cada caso.

§ 1º - O auto poderá ter impressas as indicações invariáveis, devendo os claros ser preenchidos a mão.

§ 2º - A inobservância do modêlo aprovado, não será / condição para invalidade do auto, desde que contenha os requisitos essenciais.

Art. 40 - Salvo as hipóteses de contrabando ou indivisibilidade dos bens, que constituem objeto da fraude por contribuinte não estabelecido, será apreendido apenas o essencial ao pagamento da dívida e custas.

Art. 41 - Não sendo pago o imposto com as multas, no prazo de quarenta e oito horas, o representante da Fazenda remeterá p processo, com os esclarecimentos necessários, ao Prefeito Municipal, para que seja apreciddo e aprovado.

Art. 42 - Aprovado o auto e decorridos os prazos legais para reclamação ou recurso, será inscrita a dívida para cobrança executiva e demais fins de direito.

Art. 43 - Se o infrator escapar à ação fiscal, consumada a fraude, não caberá mais o auto de infração, devendo o representante da Fazenda abrir inquérito administrativo.

Art. 44 - Nas fraudes consumadas, bem como nas tenta-

Digitalizado com CamScanner

tivas de fraude, os cúmplices responderão solidàriamente com os autores, ficando sujeitos às mesmas penas.

Art. 45 - O modêlo da notificação a ser usado, quando da verificação pessoal da fraude ou infração, redigir-se-á de tal modo que, não sendo atendida, seja tida como auto de infração, para / os efeitos dêste Código, considerando-se citado o infrator pelo com - provado recebimento da notificação.

CAPÍTULO XV

Dos Inquéritos Administrativos

Art. 46 - O Prefeito Municipal, sempre que tiver conhecimento de fraude consumada contra os interêsses da Fazenda do Município, escapando o infrator à ação fiscal, abrirá inquérito administrativo para apuração da falta.

Art. 47 - São Fraudes consumadas:

I A sonegação de recibos de aluguéis ou a sua falsificação e forjicação para reduzir a importância do imposto ou outros fins;

II O exercício de atos ou atividades tributáveis, / sem prévia licença;

III Emprêgo de meios ardilosos para eximir-se de pagamento de tributo;

IV Prática de outros atos prejudiciais aos interêsses da Fazenda Pública Municipal.

Art. 48 - Ao inquérito administrativo deverá, sempre, preceder sindicância discreta pelo representante da Fazenda sôbre o fato considerado fraudulento, ou sôbre os têrmos da denúncia recebida.

Art. 49 - A autoridade ou funcionário que instaurar qualquer inquérito, deverá coligir, sempre que possível, prova documental que constitua demonstração objetiva do ato ilícito ou início / de sua prova, a ser completada pelos meios permitidos em direito.

Art. 50 - O representante da Fazenda Pública Municipal nomeará um escrivão para servir no inquérito, de preferência funcionário fiscal e, em sua falta, qualquer pessoa idônea e dará início ao inquérito e à menção dos indícios, indiciados e testemunhas, se o representante do fisco se puder indicar.

§ 1º - Tal portaria será autuada pelo escrivão, devendo, sempre que possível, ser acompanhada de documentos ou elementos que concorram para positivar a infração.

§ 2º - Em seguida o escrivão intimará os infratores

Digitalizado com CamScanner

e as testemunhas referidas na portaria a prestarem declarações e depoimentos, aquêles no prazo de quarenta e oito horas, se residirem/ no local onde se processará o inquérito e, de cinco dias, se fóra;/ e, as testemunhas, no prazo que as circunstâncias aconselharem, devendo ser as intimações certificadas no processo.

§ 3º - Os infratores, perante o representante da Fazenda que presidir ao inquérito e em presença de duas testemunhas / estranhas ao fisco, prestarão suas declarações, que serão tomadas / por têrmo, por todos assinado. Não sabendo ou não podendo o infrator escrever, admitir-se-á a sua assinatura a rôgo, em sua presença e na das testemunhas, ou a sua impressão digital.

§ 4º - Se não puderem, comprovadamente, comparecer/ em pessoa, fá-lo-ão por procurador com poderes especiais e menção / expressa de todos os pontos que tenham de ser ouvidos, devendo a procuração ser anexada ao processo.

§ 5º - Em qualquer caso ser-lhes-á lícito fazerem - se acompanhar de advogado, a quem é permitido requerer ao presidente do inquérito as perguntas que julgar úteis à defesa dos acusados.

§ 6º - Se o infrator não comparecer, ou comparecendo se recusar a depor, será tido como confesso, para efeitos ficais, / presumindo-se verdadeiros os fatos alegados contra êle, e desde que verossímeis e coerentes com as demais provas do inquérito, devendo, o escrivão, ao intimá-lo, dar-lhe ciência dessa condição.

§ 7º - No caso de moléstia comprovada, poderão ser tomadas as declarações na residência dos infratores, ou onde estiverem, observado o disposto no § 3º, dêste artigo.

§ 8º - Quando um dos culpados confessar ou alguns / confessarem e outros negarem o fato, a confissão valerá como prova / plena, apenas para aquêles, devendo ser tida, no entanto, como presunção veemente da culpa dos demais, salvo se ficar provado que só o confesso é o responsável.

§ 9º - O dolo, a fraude, a simulação e, em geral, todos os atos de má fé, poderão ser provados por indícios e circunstâncias.

§ 10º - Nas apreciações, a autoridade superior considerará livremente a natureza da fraude, a reputação dos indiciados e a verossimilhança dos fatos alegados na portaria inicial e na defesa.

§ 11º - Sendo a confissão vaga ou equívoca, o representante da Fazenda fará as inquirições necessárias ao seu esclarecimento, não podendo a parte se furtar à elucidação do que houver dito sob pena de ser a confissão interpretada contra ela.

Digitalizado com CamScanner

§ 12 - Negado o fato pelo infrator ou infratores, o inquérito prosseguirá com o depoimento da s testemunhas arroladas, observando-se os requisitos dos artigos seguintes.

Art. 51 - Podem depor como testemunhas nos inquéritos administrativos, todos os que não estão proibidos, por lei, de fazê-lo, excluidos:

I Os interessados no objeto do inquérito;

II Os cônjuges;

III Os parentes consanguíneos ou afins dos infratores/ ou do representante da Fazenda empenhado em fazer prova;

IV Os funcionários fiscais, salvo em inquéritos instaurados contra funcionários ou para apurarem-se irregularidades de funcionários.

Art. 52 - Para tôdas as inquirições de testemunhas, será citado o infrator, com designação do dia, hora e local, podendo mediar o mínimo de vinte e quatro horas entre a citação e os depoimentos.

Art. 53 - As testemunhas argüidas de suspeição, por uma das partes, poderão depor, sem que tal circunstância prejudique a fé de seu depoimento, se êste fôr coerente com as demais provas ou depoimentos,

Art. 54 - Antes de iniciar a inquirição, será lavrado o têrmo de assentada, no qual as partes poderão reclamar quanto à identidade das testemunhas, decidindo o presidente do inquérito como lhe parecer de direito.

Art. 55 - Em seguida, serão as testemunhas qualificadas, devendo declarar seu nome por inteiro, idade, profissão, estado civil, domicílio, residência e se tem, com as partes interessadas, em que / gráu, relação de parentesco, amizade ou dependência.

Art. 56 - Estando impedida de depor, a testemunha prestará compromisso solene de dizer a verdade acêrca do que souber, com relação aos fatos constantes da portaria e será inquerida pelo representante do Fisco sôbre as circunstâcias que os esclareçam, devendo dar as razões da ciência, bem como o modo por que soube de fato, quando e onde, indicando ainda, outras pessoas, quando as houver, que dêle tenham conhecimento.

Parágrafo Único - As testemunhas que não puderem comparecer ao local do inquérito, por motivo de fôrça maior, devidamente comprovado, serão inquiridas onde se encontrarem.

Art. 57 - Nos inquéritos administrativos deverão ser inqueridas pelo menos três testemunhas, não podendo o seu número ultrapassar de cinco para cada parte.

Digitalizado com CamScanner

Art. 58 - O infrator ou seu advogado poderão perguntar e contestar, fundamentadamente, as testemunhas arroladas pelo repre - sentante da Fazenda, como apresentar testemunhas, até o máximo de cinco, que serão perguntadas por êle e pelo representante do Fisco, sôbre itens da Portaria e o alegado pelo infrator em sua defesa.

Art. 59 - Ao representante fiscal será facultado con - testar as testemunhas ou argüir os defeitos que tiverem.

Art. 60 - Reduzido a têrmo cada depoimento, será lido em voz alta, achado conforme ou retificado, nos pontos em que não o / estiver, será assinado pelo representante da Fazenda, infrator e testemunhas. Terminada a instrução, será o processo concluso ao Presidente do Inquérito, que dentro do prazo de quarenta e oito horas ordenará as diligências que julgar necessárias ou mandará sanar as falhas / encontradas nos autos.

Art. 61 - Nada havendo que ordenar, o Presidente man - dará abrir vista do processo, na repartição fiscal, ao infrator, por/ dez dias, para apresentar defesa e documentos, se julgar conveniente.

Art. 62 - Expirando o prazo para as alegações dos in - fratores, será o processo concluso ao representante da Fazenda que, / no prazo de dez dias, submeterá o inquérito, acompanhado de relatório minucioso, à consideração do Prefeito Municipal, para as providências que se fizerem necessárias.

Art. 63 - Quanto aos processos administrativos, tais / como suspensão ou prisão preventiva de funcionários, obedecer-se-á , no que couber, ao disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais ou, na falta dêste, no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Art. 64 - Os cúmplices ou co-autores das infrações ou das faltas cometidas por funcionários em função de cargo, deverão ter sua responsabilidade e atuação bem caracterizadas no inquérito, para aplicação da penalidade que couber, a fim de serem responsabilizados, como couber em cada caso.

Art. 65 - Provada a infração ou falta, a autoridade / competente imporá a pena que fôr aplicável.

Art. 66 - Se a falta apurada, cometida por funcionário nomeado em virtude de concurso e que conte mais de dois anos de serviço, ou ainda, por funcionário que conte mais de cinco anos de serviço ininterruptos, sem concurso, lhe puder acarretar a pena de demissão, o Prefeito Promoverá o necessário processo administrativo para o qual o inquérito servirá de base.

Art. 67 - No caso de infração, cuja pena consista de

Digitalizado com CamScanner

multa, será inscrita a dívida e remetida a certidão respectiva ao Promotor de Justiça da Comarca ou ao Advogado encarregado da cobrança, para as providências que se fizerem mister, ficando o inquérito arquivado.

Art. 68 - Tratando-se de inquérito para apurar fraude/ em pagamento de impostos, êste poderá ser sustado em qualquer fase, desde que o infrator, se prontifique ao pagamento de impostos e multas devidos e desista de recurso, em documento assinado, perante duas testemunhas

Parágrafo Único - No caso dêste artigo, o Presidente / do inquérito aplicará a multa de acôrdo com a lei, expedindo guia para recolhimento à Exatoria Municipal.

Art. 69 - Quando o infrator incorrer em crime previsto no Código Penal da República, o inquérito será remetido ao Promotor / de Justiça da Comarca, onde a infração se tiver perpetrado, para procedimento criminal.

CAPÍTULO XVI

Dos Conhecimentos da Arrecadação

Art. 70 - Nenhum recolhimento de tributos, rendas e contribuições de quaisquer natureza será efetuado sem que se expeça o conhecimento de arrecadação previsto neste Código, podendo ser adotada arrecadação mecanizada.

Art. 71 - Nenhuma autoridade, funcionário ou exator, poderá receber qualquer importância, alé da mencionada no conhecimento de arrecadação, sob pena de cometimento de falta grave, sujeitando se à pena de demissão.

Art. 72 - Para efeito da arrecadação municipal, a Prefeitura terá sempre em depósito, cadernos de conhecimentos de arrecadação, impressos de acôsrdo com as prescrições traçadas pelo Departamento Assistência aos Municípios e as constantes dêste Código.

Art. 73 - Os cadernos de conhecimento serão impressos em forma retangular, do tamanho máximo de 21 x 31 centímetros, de acôrdo com a padronização adotada, em quatro vias, mimeradas, seguida e tipogràficamente, constando de cada conhenimento, que será assinado pelo agente arrecadador com a designação do respectivo cargo, além do nome da Prefeitura, o exercício financeiro e a discriminação dos impostos, taxas, multas e demais rendas.

Art. 74 - A primeira via do conhecimento, referida no artigo anterior, será entregue ao contribuinte, como comprovante do recebimento da importância nêle consignada; a segunda via constituirá documento a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado ou

Digitalizado com CamScanner

órgão equivalente, com o Balancete Mensal, nos têrmos da Lei de Organização Municipal; a terceira via constituirá documento a ser encaminhado à Câmara Municipal com o Balancete Mensal, na época devida e, finalmente, a quarta via constituirá documento da Prefeitura, que será anexado à via do Balancete Mensal arquivado.

§ 1º - Os conhecimentos de arrecadação serão redigidos de forma que contenham todos os elementos necessários à verificação do cálculo do impôsto.

§ 2º - Os conhecimentos de arrecadação serão numerados seguida e tipogràficamente, em séries de 1.000 (mil) blocos ou talões e de um a cinquenta (50) em cada bloco ou talão, contendo 50 (cinquenta) conhecimentos em cada bloco, em quatro vias, ou seja / 50 x 50 x50 x 50.

§ 3º - Os conhecimentos de arrecadação ser ão extraídos a carbono de dupla face, a lápis tinta ou caneta esferográfica, caligràficamente legíveis, sem borrões, emendas ou rasuras, ou datilografados, quando mecânicamente preparados.

Art. 75 - Os cadernos ou blocos de conhecimentos de / arrecadação serão autenticados com a chancela e a rubrica do Prefeito, em cada conhecimento, e sua remessa às exatorias obecerá aos seguintes preceitos:

I Proporcionalmente ao movimento de cada exatoria , mediante registro em conta de cada exator, em livro próprio, na Secretaria da Prefeitura, contendo a data da remessa, a quantidade de talões, as espécies e as respectivas numerações;

II Dar-se-á baixa nos registros à medida que cada talão seja totalmente utilizado e devolvido ou comprovado o seu uso.

III O Tesoureiro ou Chefe do Serviço da Fazenda Fornecerá aos agentes e auxiliares da arrecadação, requisitados do Serviço de Secretaria, os blocos ou talões de que necessitaresm, também sob contrôle.

Art. 76 - Nenhum exator ou agente arrecadador poderá utilizar-se de talão que não seja o seu, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Único - Nos casos legais de passagem de exatorias a outro funcionário, poderá êste usar os conhecimentos alí / existentes, pelos quais será responsável, a partir da data em que / assumir o exercício.

Art. 77 - Os conhecimentos de arrecadação que contiverem defeitos indicados no § 3º do artigo 74 desta lei, serão /

Digitalizado com CamScanner

multa, será inscrita a dívida e remetida a certidão respectiva ao Promotor de Justiça da Comarca ou ao Advogado encarregado da cobrança , para as providências que se fizerem mister, ficando o inquérito arquivado.

Art. 68 - Tratando-se de inquérito para apurar fraude/ em pagamento de impostos, êste poderá ser sustado em qualquer fase , desde que o infrator, se prontifique ao pagamento de impostos e multas devidos e desista de recurso, em documento assinado, perante duas testemunhas

Parágrafo Único - No caso dêste artigo, o Presidente / do inquérito aplicará a multa de acôrdo com a lei, expedindo guia para recolhimento à Exatoria Municipal.

Art. 69 - Quando o infrator incorrer em crime previsto no Código Penal da República, o inquérito será remetido ao Promotor / de Justiça da Comarca, onde a infração se tiver perpetrado, para procedimento criminal.

CAPÍTULO XVI

Dos Conhecimentos da Arrecadação

Art. 70 - Nenhum recolhimento de tributos, rendas e contribuições de quaisquer natureza será efetuado sem que se expeça o conhecimento de arrecadação previsto neste Código, podendo ser adotada arrecadação mecanizada.

Art. 71 - Nenhuma autoridade, funcionário ou exator , poderá receber qualquer importância, alé da mencionada no conhecimento de arrecadação, sob pena de cometimento de falta grave, sujeitando se à pena de demissão.

Art. 72 - Para efeito da arrecadação municipal, a Prefeitura terá sempre em depósito, cadernos de conhecimentos de arrecadação, impressos de acôsrdo com as prescrições traçadas pelo Departamento Assistência aos Municípios e as constantes dêste Código.

Art. 73 - Os cadernos de conhecimento serão impressos em forma retangular, do tamanho máximo de 21 x 31 centímetros, de acôrdo com a padronização adotada, em quatro vias, numeradas, seguida e tipogràficamente, constando de cada conhecimento, que será assinado pelo agente arrecadador com a designação do respectivo cargo, além do nome da Prefeitura, o exercício financeiro e a discriminação dos impostos, taxas, multas e demais rendas.

Art. 74 - A primeira via do conhecimento, referida no artigo anterior, será entregue ao contribuinte, como comprovante do recebimento da importância nêle consignada; a segunda via constituirá documento a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado ou

Digitalizado com CamScanner

órgão equivalente, com o Balancete Mensal, nos têrmos da Lei de Organização Municipal; a terceira via constituirá documento a ser encaminhado à Câmara Municipal com o Balancete Mensal, na época devida e, finalmente, a quarta via constituirá documento da Prefeitura, que será anexado à via do Balancete Mensal arquivado.

§ 1º - Os conhecimentos de arrecadação serão redigidos de forma que contenham todos os elementos necessários à verificação do cálculo do impôsto.

§ 2º - Os conhecimentos de arrecadação serão numerados seguida e tipogràficamente, em séries de 1.000 (mil) blocos ou talões e de um a cinquenta (50) em cada bloco ou talão, contendo 50 (cinquenta) conhecimentos em cada bloco, em quatro vias, ou seja / 50 x 50 x50 x 50.

§ 3º - Os conhecimentos de arrecadação ser ão extraídos a carbono de dupla face, a lápis tinta ou caneta esferográfica, caligràficamente legíveis, sem borrões, emendas ou rasuras, ou datilografados, quando mecânicamente preparados.

Art. 75 - Os cadernos ou blocos de conhecimentos de / arrecadação serão autenticados com a chancela e a rubrica do Prefeito, em cada conhecimento, e sua remessa às exatorias obecerá aos seguintes preceitos:

I Proporcionalmente ao movimento de cada exatoria , mediante registro em conta de cada exator, em livro próprio, na Secretaria da Prefeitura, contendo a data da remessa, a quantidade de talões, as espécies e as respectivas numerações;

II Dar-se-á baixa nos registros à medida que cada talão seja totalmente utilizado e devolvido ou comprovado o seu uso.

III O Tesoureiro ou Chefe do Serviço da Fazenda Fornecerá aos agentes e auxiliares da arrecadação, requisitados do Serviço de Secretaria, os blocos ou talões de que necessitaresm, também sob contrôle.

Art. 76 - Nenhum exator ou agente arrecadador poderá utilizar-se de talão que não seja o seu, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Único - Nos casos legais de passagem de exatorias a outro funcionário, poderá êste usar os conhecimentos alí / existentes, pelos quais será responsável, a partir da data em que / assumir o exercício.

Art. 77 - Os conhecimentos de arrecadação que contiverem defeitos indicados no § 3º do artigo 74 desta lei, serão /

Digitalizado com CamScanner

devolvidos, devendo escrever-se ou carimbar-se nos mesmos, em diagonal, a palavra "Inutilizado" ou "Anulado".

Parágrafo Único - Os conhecimentos de arrecadação inutilizados na forma dêste artigo, serão encaminhados às repartições competentes, anexo aos balancetes mensais a que disserem respeáto, para os devidos fins.

Art. 78 - Mediante conhecimentos próprios, serão / arrecadados os impostos e taxas não lançados, as multas por infração e todos demais impostos, taxas e outras rendas municipais, inclusive as eventuais.

Parágrafo Único - Para a arrecadação que se fizer extraorçamentàriamente haverá conhecimentos próprios e especiais.

Art. 79 - Nos casos de expedição fraudulenta de / conhecimentos, responderão, administrativa e criminalmente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Art. 80 - Pela cobrança a menos de tributos, responde, perante a Fazenda Municipal, o servidor culpado.

Art. 81 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial passada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

CAPÍTULO XVII

Das Restituições

Art. 82 - Os pedidos de restituições de tributos, multas ou rendas indevidamente arrecadadas, obedecerão, quanto ao prazo, ao disposto na legislação federal.

Art. 83 - Os pedidos de restituições serão instruídos com o conhecimento de arrecadação, certidão expedida pela repartição que houver arrecadado o tributo, fotocópia ou cópia autêntica feita pela repartição competente.

Art. 84 - Deferida a restituição, será anotada a autorização na 4a via do conhecimento de arrecadação em poder da/ Prefeitura. No caso de extravio, se o conhecimento fôr exibido posteriormente, será o mesmo inutilizado na forma do artigo 77 dêste Código, colado à quarta via ou anexado ao requerimento da respectiva restituição.

Art. 85 - As restituições, em geral, sòmente serão feitas no caso de pagamento em duplicata, isenção legal, engano / aritmético, cobrança excessiva, indevida ou que se torne indevida, bem como execução/sentença anulatória ou inadimplemento de condi-

Digitalizado com CamScanner

ção relativa a utilizações, contratos e atos sujeitos a tributação.

Art. 86 - O Prefeito Municipal determinará a restituição, sempre que verificar pagamento indevido ou em excesso, cabendo a esta autoridade, em qualquer hipótese, resolver sôbre a restituição de impostos.

CAPÍTULO XVIII
Dos Recursos

Art. 87 - Qualquer ato fiscal poderá sofrer impugnação desde que fundamentada.

Art. 88 - Haverá duas instâncias para conhecimento das impugnações referentes às contribuições tributárias e multas:

I Prefeito Municipal;

II A Câmara Municipal de Vereadores, nos têrmos do artigo 142, da Lei de Organização Municipal.

Art. 89 - Se a decisão fôr desfavorável ao reclamante, poderá êle recorrer à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, contados do recebimento da notificação direta da decisão, desde que deposite o "quantum" da condenação; fato que deverá ser provado mediante e anexação, ao recurso, do conhecimento de receitas do "Depósito".

Art. 90 - Dentro do Prazo de trinta dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, diretamente ou por edital, se se encontrar em lugar ignorado, poderá êle reclamar, requerendo sua modificação ou cancelamento.

Art. 91 - Recebida administrativamente a reclamação, terá ela efeito suspensivo.

CAPÍTULO XIX
Do Arbitramento

Art.92 - Sempre que o Fiscal Municipal e a parte não chegarem a acôrdo quanto ao valor sôbre o qual tenha que incidir o imposto ou taxa, poderá o contribuinte recorrer ao arbitramento extra judicial, que se processará nos têrmos dêste Título, caso não prefira discutir a sua pretensão de direito perante a justiça fiscal instituida pelo artigo 142 da Lei de Organização Municipal, mencionada no artigo 88 dêste Código.

Art. 93 - O arbitramento será precedido de compromisso por escrito particular, no qual o fisco e o contribuinte darão os motivos da divergência e se louvarão em dois árbitros e dois suplentes de comprovada idoneidade aos quais conferirão a competên -

Digitalizado com CamScanner

cia de eleger um terceiro, para solução da divergência, adotando um ou outro dos laudos proferidos, caso ocorra êsse dissídio entre os árbitros.

Art. 94 - O recurso ao arbitramento obriga ambas as partes na esfera administrativa, à decisão proferida, que vigorará durante o exercício financeiro.

Art. 95 - Nos casos em que, para o arbitramento, se exijam conhecimentos técnicos ou especializados, os árbitros e o desempatador devem ser escolhidos, obedecido êsse critério.

Parágrafo Único - Não se encontrando, no Município, técnico ou especializado, na forma do presente artigo, será solicitada a interferência do Departamento de Assistência aos Municípios no assunto, para solução.

Art. 96 - Quando a diligência do arbitramento houver de ser feita na séde do Município, o prazo para realização se contará do têrmo de compromisso e será de cinco dias; quando fóra da séde, êsse prazo poderá ser dilatado até 15 dias improrrogáveis.

Art. 97 - Se, por culpa do contribuinte ou de seus / árbitros, a diligência do arbitramento se fizer ou não se concluir nos prazos declarados no artigo anterior, prevalecerá o valor dado pelo Agente do Fisco no têrmo de compromisso e por êsse valor se / cobrarão os tributos em causa.

Art. 98 - Os árbitros perceberão as vantagens mencionadas no regimento de custas do Estado, para arbitramento judicial, as quais serão pagas pela parte vencida.

Parágrafo Único - No caso do artigo 97, os árbitros/ não perceberão quaisquer vantagens.

Art. 99 - Sòmente a lei pode instituir, majorar ou / reduzir os tributos.

§ 1º - Far-se-á, anualmente, a revisão dos valores / imobiliários, cadastrados ou não, para lançamento de tributos.

§ 2º - Equipara-se à majoração do tributo a modificação de sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 3º - Não Constitui majoração de tributo, para os / fins dêste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva / base de cálculo.

CAPÍTULO XX
Das Isenções

Art. 100 - A concessão de isenções ou favores fiscais apoiar-se-á em fortes razões de ordem pública ou de interêsse/ do Município; não terá caráter pessoal; será por prazo certo deter

Digitalizado com CamScanner

minado e dependerá de lei autorizativa especial, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º - A concessão de favores fiscais a que se refere êste artigo, sòmente se fará com observância da legislação vigente.

§ 2º - Entende-se como favor fiscal pessoal não permitido, a concessão de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 3º - As concessões de isenção não condicionadas à / renovação anual, ficam sujeitas a cancelamento se houverem desaparecido os motivos ou razões que a justificaram.

Art. 101 - As isenções, com exceção das imunidades fiscais asseguradas em lei, sòmente serão concedidas a título precatório.

Parágrafo Único - As imunidades e isenções não abrangem as taxas.

CAPÍTULO XXI
Da Dívida Ativa

Art. 102 - os impostos, taxas, contribuições, multas e outras rendas não arrecadadas dentro do exercício a que se referirem ou nos prazos previstos em lei ou regulamento, constituem a Dívida Ativa do Município.

§ 1º - A inscrição far-se-á após o exercício quando se tratar de tributos lançados por exercício e, nos demais casos, a inscrição será feita logo após o vencimento dos prazos previstos em lei ou regulamento, para pagamento.

§ 2º - A inscrição do débito não se fará na Dívida Ativa, enquanto não forem decididos a reclamação, o recurso ou o pedido de reconsideração.

Art. 103 - As multas por infração de leis e regulamentos municipais serão consideradas como Dívida Ativa e imediatamente inscritas, assim que se findar o prazo para interposição de recurso, ou, quando interposto, não obtiver provimento.

Art. 104 - Encerrado o exercício ou expirado o prazo para o respectivo pagamento, serão inscritos imediatamente na Dívida Ativa, por contribuinte, os débitos, inclusive multas, sem prejuízo dos juros de mora de 12% (doze por cento) anuais, contados por mês ou fração sôbre a importância devida, até seu pagamento.

Art. 105 - A inscrição da dívida ativa será feita em livros especiais, com individualização e clareza, e deverá conter o nome do devedor e, quando possível, seu domicílio ou residência, origem e natureza do débito, quantia devida, data e número da inscrição, número do processo administrativo ou auto de infração, quando

Digitalizado com CamScanner

houver e o exercício ou período a que se refere.

Art. 106 - A inscrição da Dívida Ativa basear-se-á em relações levantadas pelos órgãos competentes do Município.

Art. 107 - Serão cancelados, mediante despacho e ato do Prefeito Municipal, os débitos:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar - bens que exprimam valor.

Parágrafo único - o cancelamento será determinado(ex-oficio) ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem - provadas a morte do devedor e a inexistência de bens.

Art. 108 - A Dívida Ativa será cobrada por procedimento amigável ou judicial, mediante certidão.

Parágrafo único - A certidão conterá:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionando-se, especìficamente, a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data da inscrição em dívida Ativa;

V - sendo o caso, o número e data do processo administrativo de que se originou o crédito;

VI - indicação do livro e dafôlha da inscrição.

Art. 109 - A execução da dívida Ativa, independe d de resolução ou autorização da Câmara Municipal, bem como os cancelamentos e baixas legais.

Art. 110 - Enquanto não ajuizada a Dívida Ativa,os órgãos Municipais promoverão, pelos meiso ao seu alcance, a sua cobrança ou liquidação amigável.

Art. 111 - A Dívida Ativa ajuizada sòmente poderá ser arrecadada ou recebida, por meio de guia, devidamente visada pelo - representante da Prefeitura no feito.

Parágra fo único - A guia mencionará o nome do devedor, o número da inscrição, a importância do débito, o exercício ou o período a que se refere a multa, os juros de mora e custas, separadamente do principal tributário.

CAPÍTULO XXII

Das Penalidades em Geral

Digitalizado com CamScanner

Art. 112 - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outros dispositivos, leis e códigos municipais, as infrações a esta lei serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;
II - revalidação;
III - proibição de transacionar com as repartições municipais;
IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos;
V - sujeição a sistema especial de fiscalização.

Art. 113 - A aplicação de penalidade de qualquer natureza de caráter administrativo ou criminal, e seu cumprimento, em caso algum podem dispensar o pagamento do tributo devido e das multas e juros de mora.

Art. 114 - Os reincidentes em infração e normas estabelecidas nesta lei, terão gravadas de 30% (trinta por cento) as sanções nelas estipuladas.

Art. 115 - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber, nem impedirá que, no exercício de seu poder de polícia, a administração execute atos tendentes a fazer cessar a infração.

Art. 116 - O contribuinte que, espontâneamente, procurar a Prefeitura antes do procedimento fiscal, para sanar qualquer irregularidade ou recolher tributo devido mas não anotado, ficará isento de tôda e qualquer penalidade.

CAPÍTULO XXIII

Da Proibição de Transacionar com a Prefeitura

Art. 117 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas, não poderão participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

Parágrafo único - A proibição a que se refere êste artigo não se aplicará quando, sôbre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

CAPÍTULO XXIV

Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções

Digitalizado com CamScanner

Art. 118 - Tôdas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições da lei instituidora do favor ficarão privadas de sua concessão por um exercício, e, definitivamente, no caso de reincidência.

Parágrafo único - As penas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Prefeito se estiver comprovada a infração em processo próprio, depois de aberta a defesa ao interessado nos prazos legais.

CAPÍTULO XXV

Da Sujeição a Sistema Especial de Fiscalização

Art. 119 - O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo, ou violar constantemente leis ou regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 120 - O regime especial de fiscalização de que trata esta lei, será estabelecido por Decreto do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO XXVI

Do Cadastro Fiscal

Art. 121 - O Cadastro Fiscal Municipal compreende:

I - o cadastro imobiliário;

II - o cadastro do comércio, da indústria e das profissões.

Art. 122 - O Cadastro Imobiliário compreende:

a) os terrenos vagos, existentes nas áreas urbanas e suburbanas do Município e os que resultarem de novas áreas urbanizadas;

b) os prédios existentes ou que vierem a ser construidos nas áreas urbanas e suburbanas;

c) as propriedades rurais exploradas ou não, existentes no Município.

Art. 123 - O Cadastro do Comércio, da Indústria e das Profissões compreende os estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais, bem como tôdas e quaisquer outras atividades lucrativas exercidas no território do Município.

Art. 124 - Todos os proprietários, ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados nos artigos anteriores e aquêles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie,

Digitalizado com CamScanner

exercerem atividades lucrativas no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória, no Cadastro Fiscal do Município.

Art. 125 - A inscrição do s imóveis urbanos, rurais e das atividades profissionais, referidos nos artigos anteriores, far-se-á obrigatòriamente, mediante o preenchimento de fichas cadastrais próprias conforme modêlo fornecido pela Prefeitura, e a esta entregue até o dia 10 de janeiro de cada ano.

Parágrafo único - A inscrição obrigatória no Cadastro Fiscal do Município far-se-á:

a) pelos proprietários dos imóveis mencionados no artigo 122;

b) pelos comerciantes, industriais e profissionais mencionados no art. 123;

c) "ex-ofício" em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, fato êsse que acarretará imposição de multa ao faltoso.

TÍTULO II

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO I

Do Impôsto Predial

SEÇÃO I

Da Incidência

Art. 126 - O impôsto predial incide sôbre as edificações situadas nas zonas urbanas e suburbanas da Cidade e Vilas, bem como sôbre as situações, digo, situadas em povoações ainda que gratuitamente ocupadas ou parcialmente desocupadas

Art. 127 - Para efeito da gravação, compreende-se como povoações, todos os aglomerados de mais de 30 (trinta) casas, arruadas - ou não, mesmo que localizadas em terras de um único proprietário, salvo quando se tratar de residências de colonos, em propriedades agrícolas ou agropecuárias.

Art. 128 - São consideradas edificações e consequentemente -

Digitalizado com CamScanner

sujeitas ao impôsto, tôdas as que possam servir de habitação, uso ou recreio como: casas, chácaras, garagens, barracões, armazéns ou quaisquer outros edifícios, seja qual fôr a sua denominação, forma ou destino, ainda mesmo que em construção ou parcialmente ocupados.

Art. 129 - O impôsto será cobrado na base de 0,7% (sete décimos por cento) sôbre o valor da edificação ou construção, inclusive o valor venal total do terreno.

Parágrafo único - O impôsto predial será reduzido de 20%(vinte por cento) quando seu proprietário nêle residir e, desde que não possua outro imóvel no Município.

Art. 130 - O valor venal é representado pela importância ou pelo valor efetivo ou real e atual do imóvel.

Parágrafo único - A importância do valor venal ou real do imóvel, mencionada neste artigo, será estabelecida na forma dêste Código, através dos seguintes elementos:

a) declaração do proprietário, seu representante legal ou inquilino;
b) recibos de compra, promessas de compra e venda ou escritura pública;
c) situação do prédio e o seu valor atual ou venal;
d) arbitramento, pelo representante da Fazenda Pública Municipal.

Art. 131 - Tratando-se de prédio de residência do seu proprietário ou habitado gratuitamente por concessão sua, ou, ainda provisòriamente desocupado, o valor venal será arbitrado pelo representante da Fazenda Pública Municipal, quando discorde do valor informado pelo proprietário ou inquilino, ou, ainda, seu representante.

Art. 132 - O valor efetivo dos prédios de apartamentos será o total dos valores dêstes, salvo quando constituirem propriedades independentes.

Art. 133 - Para o cálculo do valor venal do prédio, tomar-se-á por base, além do valor do edifício, também o valor do terreno onde estiver situado.

Art. 134 - Os prédios condenados, incendiados, ou em ruinas, enquanto não desocupados, ficarão sujeitos ao impôsto predial de que trata êste Capítulo, com o aumento de 20% (vinte por cento), sôbre o valor venal anterior

Art. 135 - A contribuição mínima exigível para o impôsto territorial, será de 5% (cinco por cento) sôbre o valor do salário mínimo vigente.

Digitalizado com CamScanner

SEÇÃO II

Do Lançamento

Art. 136 - O lançamento do impôsto Predial se fará:

I - por declaração escrita do proprietário, enfiteuta, possuidor ou representante legal do contribuinte, contendo nome do proprietário do prédio, área total do lote em metros quadrados, área construida, quarteirão, seção onde a houver, distrito, metros de testada com indicação do respectivo logradouro, número, estado em que se achar: em ruínas, em construção, alugado ou habitado pelo próprio dono, valor estimativo, valor da aquisição e o valor venal atual, espécie da construção, se de alvenaria, concreto armado ou outros materiais, pavimentos e fins, existência de barracões, servidos ou não de água, luz, esgôto, telefone e outros serviços se o logradouro em que está localizado é servido por rêde de água, esgôto e iluminação e com serviços de calçamento, coleta de lixo e transporte;

II - "Ex-ofício", quando a declaração não fôr feita em tempo oportuno ou legal, ou quando se recuse o proprietário, enfiteuta, ocupante, possuidor ou representante legal do contribuinte, a fazê-lo;

III - pelo funcionário especialmente designado a fazê-lo, quando fôr passível de suspeita a declaração recebida;

IV - em face de transmissão a qualquer título, para ser modificado ou cancelado o lançamento do transmitente aberto ou aumentado o do adquirente, fazendo-se novo lançamento de acôrdo com o valor venal resultante do título de transmissão, no caso do prédio destinado à habitação do adquirente, salvo fraude presuntiva ou objetiva;

V - à vista das estatísticas de transmissão "causa - mortis", obtidas das repartições estaduais respectivas.

Art. 137 - Os prédios serão lançados em nome dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores à qualqer título que responderão pelos respectivos impostos.

§ 1º - Quando sujeitos a inventários, far-se-á o lançamento em nome do espólio.

§ 2º - Feita a partilha, será transferido para o nome dos respectivos sucessores, em que serão obrigados a promover a transferência na Prefeitura, dentro do prazo de trinta dias a contar do encerramento do inventário, quando houver um só herdeiro, e a partir do julgamento da partilha, se houver mais de um.

Digitalizado com CamScanner

§ 3º - A notificação do lançamento de prédios pertencentes a massas falidas ou a sociedades em liquidação, se fará em nome dos respectivos representantes legais.

Art. 138 - Os adquirentes, por título particular, de prédios sujeitos ao impôsto predial, deverão apresentar os títulos à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura, ficando incursos nas penalidades adiante estabelecidas caso não o façam.

Parágrafo único - Feita a apresentação, proceder-se-á ao lançamento ou à sua correção, de acôrdo com os dados que do título constarem, salvo fraude presuntiva ou objetiva.

Art. 139 - A falta de qualquer comunicação de aumento do valor venal, obrigará o proprietário ao pagamento da multa estabelecida neste Código, sem prejuízo das em possa incorrer por falta de pagamento nas épocas próprias.

Art. 140 - Do lançamento, que deverá ser entregue ao contribuinte por avisos, logo após conferidos e aprovados pelos serviços competentes, deverão constar:

I - nome do proprietário, rua, número, distrito em que estiver situado o prédio, ou seção;

II - número de ordem do prédio e o estado em que se achar, se em ruínas, ou construção, alugado ou habitado pelo próprio dono;

III - favores fiscais se existirem;

IV - o valor locativo anual, o valor do prédio e, finalmente, o valor venal e tudo o mais que possa servir de base para a boa organização do cadastro e lançamento;

V - o impôsto a ser pago e as épocas de pagamento.

Art. 141 - Far-se-á, ainda, o lançamento "ex-oficio" , quando o morador não justificar cabalmente o valor venal do imóvel - ou se, exibindo documentos, forem êstes suscetíveis de suspeitas em sua legalidade, veracidade, legitimidade ou exatidão.

Art. 142 - Concluido o lançamento e esgotado o prazo para reclamações, nenhuma modificação se fará dentro do exercício.

Parágrafo único - Não se compreende como modificação , o lançamento posterior, feito em aditamento.

Art. 143 - Os prédios novos e não coletados, na ocasião do lançamento, ficam sujeitos ao pagamento do impôsto desde o dia em que obtiverem licença de habitação, e deverão pagá-lo dentro de 15 dias a contar do lançamento, quanto aos contribuintes residentes na sede do Município e, de trinta dias, quanto aos demais.

Digitalizado com CamScanner

Art. 144 - O valor venal do prédio, base para o pagamento do impôsto poderá ser revisto anualmente, pelo Executivo Municipal, de acôrdo com o disposto no artigo 99 e seus parágrafos.

Art. 145 - Serão lançados, apenas para efeito estatístico, os prédios que gozarem de isenções, ou forem imunes à tributação:

SEÇÃO III

Da Arrecadação

Art. 146 O impôsto predial será arrecadado em 6 (seis) parcelas, de acôrdo com Decreto do Executivo Municipal.

Art. 147 - O impôsto será cobrado proporcionalmente aos meses que faltarem para terminar o ano, quanto às edificações feitas ou concluidas no decorrer do exercício, cobrando-se por inteiro a fração do mês.

SEÇÃO IV

Da Inscrição em Dívida Ativa

Art. 148 - O impôsto predial não arrecadado no prazo a ser estabelecido pelo Decreto do Executivo Municipal, de acôrdo com o artigo 146 desta lei, poderá ser acrescido da multa moratória de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, até o máximo de 10% (dez por cento).

Art. 149 - O impôsto predial, acrescido da multa moratória mencionada no artigo anterior, poderá ser inscrito desde logo em Dívida Atova e, como tal, judicialmente cobrado, independentemente do término do exercício.

CAPÍTULO II

Do Impôsto Territorial Urbano

SEÇÃO I

Da Incidência

Art. 150 - O impôsto territorial urbano incide sôbre os terrenos não edificados nos perímetros urbanos e suburbanos da cidade, vilas e povoados.

Parágrafo único - O impôsto territorial urbano não incidirá sôbre os terrenos que contenham edificações, computando - se contudo seu valor venal total, que será agregado ao do prédio edi-

Digitalizado com CamScanner

ficado para todos os efeitos dêste Código.

Art. 151 - Para os efeitos dêste impôsto, entende-se como zonas urbanas as definidas pela lei municipal observado o requisito mínimo da existência de, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construidos ou mantidos pelo poder público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgôtos sanitários;

IV - rêde de iluminação pública com ou sem posteamento - para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou pôsto de saúde a uma distância - máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único - A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de extensão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos têrmos dêste artigo.

Art. 152 - O impôsto grava também os terrenos edificados, nos seguintes casos:

a) quando houver construção paralizada, ainda que parcialmente ocupada, só se incorporando o valor do terreno ao prédio depois de concluida a obra;

b) quando houver edificação em ruinas, interditadas ou condenadas.

Parágrafo único - A interdição ou condenação de que trata a letra "b" dêste artigo, será declarada pela Prefeitura ou pelo Serviço de Saúde Pública do Estado, quando esta lhe disser respeito.

Art. 153 - O impôsto de que trata esta Seção será cobrado com acréscimo de 25% (vinte e cinco) por cento) no caso de não serem os terrenos murados ou cercados, conforme as exigências do Código de Posturas Municipais ou Código de Obras do Município.

Art. 154 - O impôsto territorial será progressivo, sendo limitada a sua contribuição mínima e cobrado anualmente, sôbre o valor venal do terreno, de acôrdo com a tabela constante dêste Código.

Art. 155 - Nas áreas centrais e noutras em que existirem terrenos não edificados, por tempo superior a dois anos, e que prejudique o desenvolvimento urbanístico, poderá o impôsto ser agravado anualmente, de 20% sôbre o lançamento respectivo, até o máximo de 1º "ad-valorem"

Parágrafo único - O prejuízo ao desenvolvimento urbanístico, será estabelecido à vista da planta cadastral do Município,

Digitalizado com CamScanner

compreendendo a urbanização da Cidade, Vilas e Povoados, quanto às suas zonas urbanas e suburbanas, na conformidade de planta de urbanização devidamente comprovada.

Art. 156 - No caso de lotcamento de terrenos, devidamente aprovados pelo Prefeito do Município, mediante competente decreto executivo com tôdas as características exigíveis, será o impôsto territorial lançado sôbre cada lote, segundo a avaliação de cada um, de modo autônomo, ainda que de propriedade única.

Art. 157 - É de NCR$5,00 (cinco cruzeiros novos) a contribuição mínima do impôsto territorial urbano.

Art. 158 - O impôsto será exigido do proprietário do titular do seu domínio útil adquirente ou do possuidor, a qualquer título, do terreno ocupado.

SEÇÃO II
Do Lançamento

Art. 159 - O lançamentodo impôsto territorial urbano será feito:

I - por declaração escrita do proprietário, enfiteuta, ocupante, condômino ou representante legal do contribuinte, contendo nome do proprietário, número do lote, área em metros quadrados, quarteirão, secção onde a houver, localização, metros das testadas - com indicação dos respectivos logradouros, área edificada, valor venal do terreno total, ou valor tributável, exigência ou não de, digo, existência ou não de cêrca, muro, passeio, meio-fio, sarjeta, calçamento, iluminação elétrica, água, esgôto; circunstância de tratar-se de chácara ou granja, área loteada ou não e existência ou não de condomínio;

II - "exófício, digo, "ex-ofício", quando a declaração não fôr feita no tempo hábil ou quando se recuse o proprietário, enfiteuta, ocupante, condômino ou representante legal do contribuinte a fazê-lo;

III - por funcionário especialmente designado, quando fôr passível de suspeita a declaração referida;

IV - em face da transmissão "inter-vivos", para ser modificado o lançamento do adquirente, fazendo-se novo lançamento - de acôrdo com o título de transmissão, salvo fraude presuntiva ou - objetiva;

V - à vista da estatística de transmissão "causa - mortis", obtida nas respectivas repartições estaduais;

VI - em caso de divisão de propriedade em comum, para ser anotada a cessação de condomínio e retificados os erros que o processo divisório apontar.

Digitalizado com CamScanner

Art. 160 - Na fixação do valor venal, tomar-se-á por base, e sempre que possível, as últimas avaliações judiciais de terrenos situados no local e proximidades, bem como as transmissões que porventura se efetivarem, com relação aos terrenos referidos, ao tempo do lançamento.

Art. 161 - Os adquirentes a título sucessório, ou a qualquer outro título, de bens sujeitos ao impôsto territorial urbano, ficam obrigados a apresentar à Prefeitura o formal de partilha - ou instrumento público ou particular respectivo, dentro de 30 dias da data de sua assinatura, ficando incursos nas penalidades adiante estabelecidas, caso não o façam.

Parágrafo único - Feita a apresentação, proceder-se- á ao lançamento ou a sua correção, de acôrdo com os dados que do título constarem, salvo fraude presuntiva ou objetiva.

Art. 162 - O lançamento dos terrenos pertencentesa espólio cujo inventário esteja sobreestado, será feita em nome do mesmo, que responderá pelo impôsto até que, julgado o inventário,se façam as necessárias modificações.

Art. 163 - No caso de condomínio, cada condômino será lançado pelo impôsto, proporcionalmente à parte que lhe pertencer.

Art. 164 - Não serão recebidos nem providos recursos - contra lançamentos vigorantes, desde que o valor do terreno provenha do respectivo título de propriedade, salvo se forem decorridos mais de 5 (cinco) anos da data da aquisição.

Art. 165 - A notificação do lançamento dos terrenos - pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação, será feita em nome dos respectivos representantes legais.

Art. 166 - Os valores venais dos terrenos ou valores - tributáveis, base para os lançamentos, poderão ser revistos em cada exercício financeiro, de acôrdo com o disposto no artigo 99 e seus parágrafos.

Art. 167 - Serão lançados, apenas, para efeito estatístico, os terrenos que gozarem de isenção e imunidades tributárias.

SEÇÃO III
Da Arrecadação

Art. 168 - O impôsto territorial urbano será arrecadado em 6 (seis) parcelas, de acôrdo com Decreto do Executivo Municipal.

Art. 169 - Quando, na transmissão da propriedade, verificar-se, para o terreno, área maior do que a lançada, será cobrada a diferença no impôsto, proporcionalmente à unidade salvo prescrição.

Digitalizado com CamScanner

Art. 170 - No interêsse da administração e tão sòmente dentro do exercício respectivo, poderá o Poder Executivo dispensar - multas moratórias em caráter geral.

SEÇÃO IV

Da Inscrição em Dívida Ativa

Art. 171 - O Impôsto Territorial de que trata o presente título, não arrecadado nos prazos estabelecidos, de acôrdo com o artigo 168 desta lei, será acrescido da multa moratória de 10% (dez por cento) ao mês ou fração de mês, até o máximo de 30%(trinta por - cento).

Art. 172 - O impôsto a que se refere êste título acrescido da multa moratória mencionada no artigo anterior, poderá ser - inscrito em Dívida Ativa desde que vencido e, como tal, judicialmente cobrado.

CAPÍTULO III

Do Impôsto sôbre Serviços de Qualquer Natureza

SEÇÃO I

Da Incidência

Art. 173 - O Impôsto Sôbre Serviços de Qualquer Natureza da competência do Município, tem como fato gerador a prestação por emprêsa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo,de serviço que não configure, por si só, fato gerador de impôsto da competência da União ou do Estado.

Parágrafo 1º - Para os efeitos dêste artigo, considera-se serviço:

I - o fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais;

II - a locação de bens móveis;

III - a locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem, diversões ou para guarda de bens de qualquer natureza.

§ 2º - As atividades a que se refere o § anterior, quando acompanhadas do fornecimento de mercadorias, serão consideradas - de caráter misto para efeito da aplicação do Impôsto Sôbre Circulação de Mercadorias, salvo se a prestação do serviço constituir o seu objeto essencial e contribuir com mais de 75% (setenta e cinco por cento) da receita média mensal da atividade.

Art. 174 - A base do cálculo do impôsto é o preço do serviço, salvo:

Digitalizado com CamScanner

I - quando se trate de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, caso em que o impôsto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço e outros fatôres pertinentes, não compreendida nestes a renda proveniente da remuneração do próprio trabalho;

II - quando a prestação do serviço tenha como parte integrante operação sujeita ao impôsto sôbre circulação de mercadorias, caso em que êste impôsto será calculado sôbre 50% (cinquenta por cento) do valor do capital em giro.

Art. 175 - Contribuinte do impôsto de que trata êste Capítulo, é o prestador de serviço.

SEÇÃO II

Do Lançamento

Art. 176 - O Impôsto Sôbre Serviços de Qualquer Natureza será lançado "ex-ofício" e inscrito mediante aviso ao contribuinte, pela afixação de editais no lugar de costume ou publicado pela imprensa local, onde houver, na conformidade da tabela constante dêste Capítulo, digo dêste Código.

Art. 177 - Os contribuintes não compreendidos na tabela referida no artigo anterior, serão classificados por semelhança de atividade tributável, além de outros pontos característicos, tais como exercício da atividade tributável, localização e, finalmente, a série ou classe em que tenha enquadramento para a tributação.

Art. 178 - Sempre que possível, o Impôsto sôbre Serviços de Qualquer Natureza, terá caráter pessoal, que será graduado conforme a capacidade econômica e tributária do contribuinte.

SEÇÃO III

Da Arrecadação

Art. 179 - O pagamento do Impôsto sôbre Serviços de Qualquer Natureza será feito em duas prestações iguais até 31 de março e 30 de setembro de cada exercício financeiro, na forma dos parágrafos dêste artigo.

§ 1º - O contribuinte de importância até NCR$10,00 ... (dez cruzeiros novos) pagará o impôsto de 1 (uma) só vez até 31 de março, sem desconto.

§ 2º - O contribuinte de importância superior a NCR$.. 10,00 (dez cruzeiros novos) que pagar o impôsto de uma só vez até 31 de março, será beneficiado com desconto de 10%(dez por cento).

Digitalizado com CamScanner

§ 3º - O contribuinte de importância superior a NCR$.. 10,00 (dez cruzeiros novos) pagará o impôsto na forma dêste artigo sem descontos.

§ 4º - O contribuinte que deixar de pagar o impôsto na forma dêste artigo, ficará sujeito à multa moratória de 10%(dez por cento) ao mês ou fração, até o máximo de 30%(trinta por cento).

Art. 180 - Não será permitido o pagamento de qualquer prestação de impostos, antes de efetuado o pagamento da anterior, inclusive multas.

Art. 181 - Os contribuintes faltosos ficarão sujeitos à multa referida no § 4º do artigo 179, podendo ser inscritos em Dívida Ativa e extraida certidão para cobrança judicial, ainda mesmo no exercício financeiro a que se refere o impôsto.

Art. 182 - A multa estipulada no § 4º do artigo 179, recai sôbre o débito do 1º semestre, se o impôsto não houver sido pago até 31 de março.

CAPÍTULO IV

Da Contribuição de Melhoria

SEÇÃO ÚNICA

Art. 183 - A Contribuição de Melhoria, cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que, da obra, resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 184 - Serão observados os seguintes requisitos mínimos em relação à cobrança da Contribuição de Melhoria:

I - publicação prévia dos seguintes elementos:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento do custo da obra;

c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) delimitação da zona beneficiada;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para tôda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas;

II - fixação do prazo, não inferior a 30(trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de quaisquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação, por Decreto Executivo, do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se

Digitalizado com CamScanner

refere o inciso anterior, sem prejuízo de sua apreciação judicial.

Art. 185 - A contribuição relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea "c", pelos imóveis situados no zona beneficiada, em função dos respectivos fatôres individuais de valorização.

Art. 186 - Por ocasião do respectivo lançamento cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 187 - Os casos omissos serão resolvidos de acôrdo com a Legislação Federal.

CAPÍTULO V

Das Taxas pelo Exercício Regular do Poder de Polícia

SEÇÃO I

Da Taxa de Licença

ITEM I

Da Incidência

Art. 188 - A Taxa de Licença, exigida em relação aos atos que dependem de autorização ou licença do Poder Público Municipal, incide sôbre as licenças para instalação, localização e continuação de atividades comerciais, industriais, agro-pecuárias e similares, bem como sôbre atos ou realizações praticados quer temporária quer permanentemente, que possam interessar ao sossêgo, à tranquilidade, à segurança ou à saúde pública ou estética urbana.

Parágrafo único - Não será concedida licença para instalação ou localização a atividades sujeitas à licença da Saúde Pública, Polícia ou órgão de Segurança Nacional, sem prévia exibição do alvará ou documento equivalente, expedido pela repartição competente.

Art. 189 - Para a cobrança da Taxa de Licença, adotar-se-á:

a) tabela progressiva, no tocante à localização e instalação das atividades licenciáveis;
b) tabela fixa, no que se refira a publicidade, estacionamentos, veículos, matança de gado fora do Matadouro Municipal e atos temporários que interessem ao sossêgo, à tranquilidade, à segurança ou saúde da população ou à estética urbana.

Digitalizado com CamScanner

Art. 190 - A Taxa de Licença, será devida, também, pa-
ra instalação de estabelecimentos ou exercício de atividades comerci
ais, industriais, agro-pecuária e similares, incidindo por ocasião -
da abertura de ditos estabelecimentos ou início das atividades, no e-
xercício.

§ 1º - Para a cobrança da Taxa de Licença de que trata
êste artigo, aplicar-se-á a tabela "A" mencionada no artigo 189.

§ 2º - As licenças serão requeridas ao Prefeito, antes
da abertura do estabelecimento ou início da atividade, devendo ser
negadas ou cassadas as que puserem em risco a vida dos habitantes e
as que forem julgadas prejudiciais ao sossêgo, à tranquilidade, à se
gurança ou à saúde da população e aos bons costumes, bem como as que
não estiverem prèviamente licenciadas na forma prevista no parágrafo
único do artigo 188.

Art. 191 - O estabelecimento que se abrir ou atividade
que se iniciar sem as respectivas licenças, sem prejuízo das sanções
e penalidades estabelecidas e aplicáveis à espécie, será incontinen-
temente fechado ou impedido, até que satisfaçam as exigências desta
lei, usando o Executivo Municipal, se necessário das prerrogativas -
que lhe são conferidas pela Lei de Organização Municipal.

Art. 192 - Sem prejuízo da obrigatoriedade de serem as
licenças prèviamente requeridas à Prefeitura, não ficam isentas da
taxa de licença de que trata esta seção, a instalação de estabeleci-
mentos e o exercício das atividades que não estiverem especificadas
em a Tabela "A", acima referida.

Art. 193 - A Taxa de Licença sôbre localização incide
sôbre os estabelecimentos e atividades comerciais, industriais, agro
-pecuárias e similares ou outras, cuja instalação ou início de ativi
dades hajam sido prèviamente licenciadas na forma prevista nesta se-
ção, e será cobrada por ano ou por período menor inicial, de acôrdo
com a Tabela "A" anexa.

Art. 194 - Incidirá, ainda, a Taxa de Licença sôbre a-
tos temporários ou permanentes que interessarem ao sossêgo, à tran -
quilidade, à segurança ou à saúde pública ou estética urbana.

Art. 195 - A taxa de licença sôbre ambulantes e outros,
incide sôbre todos aquêles que exercerem atividades lucrativas no -
território do Município, não localizados em estabelecimentos fixos.

ITEM II

Do Lançamento

Digitalizado com CamScanner

Art. 196 - O lançamento da taxa de licença a que se refere esta seção, será feito na ocasião em que fôr requerido e deferido o disposto no § 2º do artigo 190, tendo-se em vista a Tabela "A".

Art. 197 - O lançamento da taxa de licença devida pela instalação de estabelecimento ou início de atividades, será escriturado, juntamente com os impostos sôbre serviços de qualquer natureza.

Art. 198 - O lançamento da Taxa de Licença sôbre localização será feito:

I - No exercício em curso na ocasião em que fôr deferido o requerimento a que se refere o § 2º do artigo 190, calculando-se a taxa proporcionalmente aos meses que faltarem para completá-lo;

II - Nos exercícios seguintes, independentemente de novo requerimento, caso não haja modificação de atividade, na ocasião em que se proceder ao lançamento do impôsto sôbre serviços de qualquer natureza.

Art. 199 - A Taxa de Licença sôbre localização será lançada da mesma forma estabelecida no artigo 196 dêste Código.

Art. 200 - A Taxa de Licença será igualmente lançada em todos os demais casos em que seja exigível o lançamento e será cobrada de acôrdo com as Tabelas constantes dêste Código.

ITEM III

Da Arrecadação

Art. 201 - A Taxa de Licença de que trata esta seção será arrecadada:

I - juntamente com os impostos sôbre serviços de qualquer natureza, quando lançada;

II - dentro de 10 dias, nos demais casos, após a manifestação do fato gerador.

Art. 202 - A Taxa de Licença dos ambulantes será paga mediante apresentação da licença do ano anterior e, havendo dúvidas sôbre a identidade, da apresentação da carteira respectiva e outros documentos, que deverão acompanhar o licenciado, para todos os efeitos.

Art. 203 - Tratando-se de ambulante que exerça sua atividade em várias localidades, ou que, aleatòriamente, transite pelo Município, a taxa será devida cada vez que o mesmo passe pelo seu território, no exercício da atividade, de acôrdo com a especificação respectiva fixada pela metade.

Art. 204 - Não será concedida licença e vedada a atividade no Município, ao contribuinte que não exibir alvará ou documento equivalente, expedido pela repartição competente, quando se tratar de atividade licenciável, também, pela saúde pública, Polícia, órgão de Segurança Nacional, Autarquia, pela União ou pelo Estado.

Digitalizado com CamScanner

Art. 205 - A taxa a que se refere o artigo anterior será lançada de acôrdo com a Tabela constante dêste Código e arrecadada na ocasião em que fôr concedida a licença.

CAPÍTULO VI

Das Taxas de Serviços Prestados ou Postos à Disposição do Contribuinte

SEÇÃO I

Da Taxa de Expediente e Emolumentos

ITEM I

Da Incidência

Art. 206 - A Taxa de Expediente e Emolumentos será cobrada em relação a todos os papeis que transitem pela Prefeitura, sujeitos a despacho de qualquer autoridade municipal, desde que relativos a serviços do Município ou regulados por lei Municipal.

Parágrafo Único - Será, ainda, a Taxa de Expediente e Emolumentos cobrada sôbre todos os conhecimentos de arrecadação expedidos, à razão de NCR$ 0,50 (cinquenta centavos) por conhecimento.

ITEM II

Da Arrecadação

Art. 207 - A Taxa de Expediente e Emolumentos a que se refere êste item, será arrecadada, por meio de conhecimento, na ocasião em que os papéis a ela sujeitos forem protocolados, lavrados, expedidos visados e anexados a processos, desentranhados ou entregues ao contribuinte e de acôrdo com a tabela anexa a êste Código.

SEÇÃO II

Da Taxa Rodoviária

ITEM I

Da Incidência

Art. 208 - A Taxa Rodoviária, instituida art. 4º dêste Código, destina-se, exclusivamente, a indenizar as despesas feitas pelo Município, com a construção, conservação e melhoramento de estradas e pontes no Município.

Art. 209 - A Taxa Rodoviária compreende as contribuições exigíveis:

I Dos proprietários de terrenos marginais, fronteiros, lindeiros ou adjacentes às estradas municipais construidas, conservadas e melhoradas;

II Dos possuidores de veículos licenciados no Município.

Digitalizado com CamScanner

Art. 210 - O proprietário do imóvel ou veículo responde p pela taxa, ao tempo do respectivo lançamento, passando a responsabilida de ao adquirente, no caso de alienação.

Art. 211 - O proprietário de imóvel situado na zona rural, direta ou indiretamente servido ou beneficiado por estrada mantida, cons truida, conservada ou melhorada pelo Município, pagará a Taxa Rodoviá - ria na forma da tabela "B" adiante mencionada.

Art. 212 - A contribuição exigí vel do proprietário dos - veículos licenciados no Município, será lançada de acôrdo com a tabela "A", adiante mencionada.

ITEM II

Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 213 - O lançamento da Taxa Rodoviária será feito:

I Na forma da Tabela "B", adiante mencionada, median - te declaração escrita do proprietário ou seu repre - sentante legal, do enfiteuta, ocupante ou condômino, contendo o nome do proprietário, denominação do imó- vel, localização, distrito, área em hectares, distân cia da séde do Município, valor venal, indicação da estrada que serve direta ou indiretamente o imóvel , e outros elementos cadastrais estabelecidos em lei - ou regulamento;

II "Ex-ofício" à vista de elementos obtidos em outras - repartições públicas, quando a declaração não fôr feita no tempo marcado, ou quando se recuse a fazê- la o proprietário ou seu representante, nas mesmas condições do item anterior;

III Por funcionário especialmente designado, quando fôr passível de suspeita a declaração mencionada no I - tem I;

IV Em face de transmissão a qualquer título, para ser- modificado ou cancelado o lançamento do transmiten- te, aberto ou aumentado o do adquirente, fazendo-se nôvo lançamento de acôrdo com o título de transmis- são, salvo fraude presuntiva ou objetiva;

V À vista das estatísticas de transmissão obtidas nas repartições competentes;

VI Em face da divisão da propriedade comum, para ser - anotada a cessação do condomínio e retificados os erros que o processo divisório apontar.

Art. 214 - Os adquirentes a título sucessório, nos inven- tários ou outros títulos, de terrenos situados na zona rural, ficam /

Digitalizado com CamScanner

rigados a apresentar à Prefeitura, nos têrmos dêste Código, o formal
partilha ou instrumento público ou particular respectivo, dentro de
(trinta) dias, contados da data de sua assinatura, ficando o contri-
inte faltoso incurso nas multas adiante estabelecidas, caso não o fa-
.

Art. 215 - O lançamento da taxa rodoviária a que se refere o pre-
nte item será feito para vigorar no exercício seguinte dando-se aviso
ndividual ou nominal aos contribuintes, ou pela forma regulamentar ou
ual, mas sempre mediante a afixação dos respectivos editais.

Art. 216 - A taxa rodoviária lançada de acôrdo com o presente i-
m, quando igual ou superior a NCR$10,00 (dez cruzeiros novos) poderá
r paga em duas prestações iguais, da seguinte forma:

I - 1ª prestação até 31 de março de cada ano, sem acréscimo;

II - Segunda prestação até o dia 31 de outubro de cada ano.

Art. 217 - Quando a taxa rodoviária, lançada de acôrdo com o pre-
nte item, fôr inferior a NCR$10,00, será paga de uma só vez no venci-
nto da primeira prestação a que se refere o item I do artigo anterior,
sto é, até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 218 - Feito o lançamento de acôrdo com as disposições dêste
tem e publicados os respectivos lançamentos, é facultado ao interessa-
o o pagamento integral e antecipado da contribuição que lhe couber, con
edendo-se-lhe, neste caso, sôbre o total da quota paga, o desconto de
0% (dez por cento).

Art. 219 - A taxa rodoviária, cobrável dos veículos licenciados
elo Município, será arrecadada na mesma época da arrecadação da respec
iva taxa de licença, sendo paga de uma só vez, seja qual fôr a quota
e cada contribuinte.

Art. 220 - A taxa rodoviária a que se refere o artigo anterior se
á cobrada de acôrdo com a tabela.

Art. 221 - A taxa rodoviária exigível dos contribuintes referidos
o número I, do artigo 213, dêste item, será calculada tomando-se por
ase o número de hectares, conforme tabela "B".

SEÇÃO III

Da Taxa de Serviços Urbanos

Art. 222 - A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a pres
ação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública e coleta de lixo,
luminação pública e conservação de calçamento e será devida pelos pro-
rietários ou possuidores a qualquer título, de imóveis edificados ou
ão localizados em logradouros beneficiados por êsses serviços.

Digitalizado com CamScanner

Art. 223 - A taxa definida no artigo anterior incidirá sôbre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

Art. 224 - A base de cálculo da taxa de serviços urbanos será a alíquota somada pelo número de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição do contribuinte.

Art. 225 - A alíquota da taxa de serviços urbanos será proporcional ao salário mínimo regional, na base seguinte:

a) serviço de limpeza pública 7,66%
b) serviço de iluminação pública 6,13%
c) serviço de conservação de calçamento 4,09%

Art. 228 - A taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários.

SEÇÃO IV

Da Taxa de Viação

ITEM ÚNICO

Das Taxas de Calçamento em Geral, dos Meios-fios, Sarjetas e Passeios

Art. 229 - O valor das obras de construção do calçamento nos logradouros públicos da cidade e vilas, correrá por conta dos proprietários de terrenos ou prédios situados nas ruas, avenidas ou outro qualquer logradouro público, nos quais forem executados os respectivos trabalhos de calçamento, em forma de taxa de calçamento.

Art. 230 - A construção de meio-fios, sarjetas e passeios dos logradouros públicos urbanos e suburbanos das cidades e vilas, correrão por conta dos proprietários de terrenos ou prédios situados nas ruas, avenidas, praças ou outro qualquer logradouro público que receber as obras de calçamento.

Art. 231 - A quota de contribuição de qualquer proprietário, sôbre a respectiva propriedade, pela execução dos serviços a que se refere êste item, será calculada tomando-se por base o custo do metro linear do meio-fio, de metro quadrado de calçamento, sarjetas e passeios de construção, conforme se trate de meio-fios, calçamento, sarjetas e passeios construidos.

Art. 232 - Antes do início da construção do calçamento, meio-fios, sarjetas ou passeios, publicar-se-á a quota de contribuição de cada proprietário ou propriedade.

Digitalizado com CamScanner

Parágrafo único - Em lugar da publicação de que trata o presente artigo, poderá ser adotado o critério de aviso direto a cada um dos contribuintes.

Art. 233 - A taxa de calçamento que couber a cada contribuinte, será paga de uma só vez sem qualquer acréscimo, ou dentro de seis meses, em seis prestações mensais, a contar do respectivo aviso ou edital, se a Prefeitura tiver de executar o serviço por administração.

§ 1º - O pagamento em seis prestações, de acôrdo com o disposto no presente artigo, implica na cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês pela importância em débito.

§ 2º - O prazo para pagamento das obras mencionadas neste artigo prevalecerá até o dia 31 de dezembro de cada exercício em que forem as mesmas executadas, vencendo-se, nesta data, as prestações vincendas no exercício seguinte.

§ 3º - Fixada a contribuição de cada proprietário, correspondente à taxa de calçamento, de conformidade com o disposto neste artigo, será a mesma inscrita em livro próprio e, como Dívida Ativa da Prefeitura para os efeitos da cobrança judicial, em caso de mora além do prazo estabelecido neste item.

§ 4º - A inscrição em Dívida Ativa se fará apenas quanto às prestações devidas e exigíveis, sôbre as quais incidirá a multa moratória de 10% (dez por cento) ao mês, até o máximo de 30%.

§ 5º - Sôbre as prestações vencíveis nos seis meses a que se refere o artigo, não se aplicará multa moratória, salvo a mencionada no parágrafo 1º, se não depois de decorrido êsse prazo e pela forma estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 234 - A taxa de calçamento não será considerada contribuição de melhoria, que se encontra devidamente regulada no Capítulo VII dêste Código.

SEÇÃO V
Da Taxa de Educação
Item Único
Da Incidência, Lançamento e Arrecadação

Art. 235 - A taxa de educação, decorrente do serviço de educação / de nível secundário, será cobrada em cada exercício financeiro em duas / partes, sendo uma a título de matrícula no estabelecimento no valor de 1 (um) e 1,5 (um e meio) salários mínimos para o 1º e 2º ciclos respectivamente, pagos em 10 (dez) prestações. A outra será devida a partir da / transformação do atual Ginásio em Colégio Municipal e será arrecadada à razão de 2% (dois por cento) do salário mínimo por talão expedido de todos os impostos e taxas arrecadadas.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO VI
Rendas provenientes do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços.

Art. 236 - Na forma da Lei de Organização Municipal, compete ao Prefeito do Município usar, em tôda sua plenitude, do direito de promover todas as rendas resultantes do exercício das atribuições próprias da administração do Patrimônio Municipal e da utilização de todos os seus bens e serviços.

Art. 237 - São indelegáveis as atribuições mencionadas no artigo anterior.

Art. 238 - Os contratos de utilização de bens patrimoniais, e da utilização de todos os bens e serviços do Município, são da competência exclusiva do Prefeito, mediante concorrência pública.

CAPÍTULO VII
Das Rendas Industriais

Art. 239 - As tarifas devidas pela utilização dos serviços industriais e outros do Município, quer sejam explorados diretamente ou concedidos, serão fixadas no fim de cada exercício, para prevalecerem no exercício seguinte, a época da elaboração orçamentária, podendo ser alteradas no decorrer do exercício, de forma a remunerar, sempre, os custos totais/ dos serviços, as amortizações do capital investido e a formação dos fundos necessários à conservação, reposição, modernização dos equipamentos e ampliação dos serviços.

Parágrafo Único - A concessão de serviços industriais do Município, será sempre objeto de lei especial.

Art. 240 - Os serviços industriais e outros do município diretamente explorados pêla Prefeitura nas condições previstas no Código de Posturas Municipais, serão cobrados nas condições estabelecidas no artigo 239, dêste capítulo, sendo da competência exclusiva do Poder Executivo Municipal o estabelecimento das tarifas ali referidas, observada, se fôr o caso, a legislação federal a respeito.

Parágrafo Único - Será cobrada a quota de Previdência sôbre as rendas industriais, à razão estabelecida pela lei federal.

SEÇÃO ÚNICA
Das Taxas Complementares

Art. 241 - Além da tarifa estabelecida segundo o disposto no artigo 239, dêste capítulo, relativa ao consumo ou uso dos serviços industriais, serão, ainda, cobradas as seguintes taxas complementares:

I Por ligação domiciliar, além das despesas resultantes da

Digitalizado com CamScanner

execução dos serviços NCR$2,50.

II Por ligação de qualquer natureza, resultante ou não de falta de pagamento da tarifa correspondente NCR$2,50.

III Por aferição de aparêlho medidor, limitador e outros NCR$ 2,00

CAPÍTULO VIII

Das Rendas de Matadouros

Art. 242 - As rendas de matadouros, observadas as diposições estabelecidas no Código de Posturas Municipais, serão cobradas pelo serviço de matança ou abate de gado e de armazenagem nos matadouros municipais, de acôrdo com a seguinte tabela:

I - TAXA DE MATANÇA:

a) gado bovino, por cabeça, qualquer que seja o seu pêso NCR$ 5,00

b) idem, idem, quando se destinar ao preparo de carne sêca - NCR$ 2,50

c) gado bovino, digo, suino, por cabeça, NCR$3,00

d) gado lanígero ou caprino, por cabeça - NCR2,50

e) leitão, até 15 quilos, por cabeça - NCR$1,50

f) outras espécies, por cabeça - NCR$1,00

II - TAXA DE TRANSPORTE:

Do matadouro para os açougues, por cabeça - NCR$1,00

Art. 243 - Pelo abate de gado fora do matadouro, pela expedição da respectiva licença, será cobrada, além da taxa de licença, a taxa referida na tabela supra, com acréscimo de 50%(cinquenta por cento).

Parágrafo único - Sem a necessária licença por parte da Prefeitura, requerida de conformidade com êste Código e o Código de Posturas - Municipais, nenhum gado será abatido fora do matadouro municipal.

CAPÍTULO IX

Das Rendas de Cemitérios

Art. 244 - A administração dos cemitérios é da competência do Município, na forma da Constituição Federal, sendo permitido a tôdas as confissões religiosas praticar nêles os seus ritos.

Parágrafo único - As associações religiosas poderão na forma da lei, manter cemitérios particulares, ficando sujeitos, os respectivos interessados, ao pagamento da guia de inumação a que se refere a Tabela constante do presente Código.

Art. 245 - As rendas de cemitérios, observadas as disposições estabelecidas no Código de Posturas Municipais a respeito, serão cobradas de acôrdo com a tabela anexa a êste Código.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO X
Das Outras Rendas Municipais

Art. 246 - Outras rendas municipais, tais como o Imposto Territorial Rural, o Imposto sôbre a Renda Retido na Fonte e a participação / do Município no Fundo de Distribuição de rendas Federais, serão arrecadadas ou recebidas na conformidade das leis federais ou estaduais regulamentadoras da espécie.

CAPÍTULO XI
Das Penas

Art. 247 - Sem prejuízo das disposições relativas às infrações/ definidas no Código de Posturas Municipais, regulamentos e outras leis / municipais, os infratores das disposições dêste Código ficam sujeitos às seguintes penas:

I - Multa moratória que se incorporará ao principal, no caso/ de inscrição de Dívida Ativa;

II - multas por infração de leis e regulamentos;

III - revalidação;

IV - Proibição de transacionar com repatições da municipalidade;

V - Sujeição a sistema especial de fiscalização.

Art. - 248 - .A multa de mora é aplicado no caso de não pagamento do impôsto ou taxa nos prazos regulamentares ou marcados ou estabelecidos por lei e será de 30% (trinta por cento) sôbre o valor devido, salvo percentagem menor especialmente fixada nêste Código.

Art. 249 - Fica sujeito à multa de NCR$0,50 a NCR$5,00 o contribuinte de qualquer impôsto ou taxa que:

I - sonegar ou tentar sonegar área ou valor da propriedade, / ao fazer-se seu lançamento ou reajustamento ou atualização do seu lançamento;

II - subtrair ao Fisco Municipal atos ou contratos sôbre que / incidam impostos ou taxas municipais;

III - exercer atos de comércio, indústria ou atividades sujeitos a impôsto, sem prévia licença da autoridade competente, bem como o que deixar de comunicar, no decorrer do exercício, de acôrdo com as disposições dêste Código, as transferências de local e modificações da firma;

IV - falcificar ou adulterar conhecimentos, guias ou outros / quaisquer documentos relativos ao serviço fiscal do Município;

V - obstar por qualquer modo, a verificação do pêso, qualidade ou quantidade dos produtos sujeitos a impostos ou taxas municipais;

Digitalizado com CamScanner

VI - tentar ou iludir o fisco em proveito próprio ou de outrem com falsas declarações ou informações no sentido de obstar a cobrança do tributo ou reduzir-lhe a impostância;

VII - não apresentar ao "VISTO" da autoridade fiscal o conhecimento, livros, blocos de notas, alvarás e outros documentos comprobatórios ou elementos do pagamento dos impostos e taxas;

VIII- furtar-se, sob qualquer pretexto, ou tentar furtar-se, à demonstração probatória do pagamento de impostos e taxas municipais;

IX - praticar atos que, direta ou indiretamente, contrariarem/ as disposições dêste Código;

X - praticar atos que direta ou indiretamente contrariarem as disposições de regulamentos ou leis municipais.

Art.250 - Incidirão na multa a que se refere o artigo anterior, os contribuintes que cometerem infrações para as quais não esteja cominada pena especial.

Art. 251 - Além das multas cominadas nos artigos anteriores, / serão aplicadas aos funcionários em falta, as penas constantes dos estatutos dos funcionários públicos municipais.

Art. 252 - Fica sujeito à multa de NCR$0,20 a NCR$2,00 o funcionário municipal que:

I - tomar para incidência dos impostos e taxas municipais, valores inferiores aos reias dos imóveis e outros;

II - fizer lançamento, aplicar tabela ou expedir conhecimento/ de impostos ou taxas em deficiência em face das tabelas e prescrições / constantes dêste Código;

III - não recolher pontualmente o saldo de arrecadação, a seu / cargo não podendo, em hipótese alguma, retê-los para encontro de contas/ com a Municipalidade;

IV - praticar outros atos, voluntária ou involuntàriamente , que tragam ou que possam trazer prejuizo ao erário público municipal, estadual ou federal.

Parágrafo Único - Além das penas cominadas nêste artigo, os exatores municipais, compreendidos aí todos aqueles que arrecadem impostos e taxas municipais, serão punidos com a multa de NCR$0,20 a NCR$2,00 por infração enumerada nêste artigo.

Art. 253 - Na imposição da multa e para gradua-la, terseá á digo ter-se-á em vista:

I - a maior ou menor gravidade da infração;

II - a suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições dêste Código e demais leis municipais.

Art. 254 - Nas reincidências as multas serão aplicadas em dôbro,

Digitalizado com CamScanner

não podendo, porém, exceder ao limite legal mencionado na Lei de Organização Municipal.

Art. 255 - As penalidades referidas nêste Título não isentam o infrator da obrigação de pagar os impostos e taxas devidos, nem de cumprir as exigências dêste Código e de outras leis municipais.

Art. 256 - Não podem transacionar com as repartições municipais aquêles que estiverem em débito de impostos, taxas, multas ou qualquer outra espécie de débito.

Art.257 - Todo aquêle que tiver sido punido em gráu máximo,por qualquer transgressão fiscal, poderá ficar sujeito a um regime especial/ de fiscalização, determinada pelo Prefeito, independentemente de aplicação da pena em gráu máximo, pelas violações da lei ou regulamento, que cometer ou continuar cometendo.

Art. 258 - No caso de recusar-se o infrator a pagar os impostos e multas a que estiver sujeito, será apreendida a cousa, objeto do ato ilícito.

Parágrafo único - Também serão apreendidos documentos de natureza fiscal, que devem produzir efeito perante a autoridade cível e administrativa, quando falsificados, ou nos quais hajam sido empregados expedientes ilícitos ou que, por qualquer motivo, possam ser considerados duvidosos.

Art. 259 - Como medida preventiva, será prêso administrativamente, mediante requisição do Prefeito Municipal à autoridade policial competente, aquêle que, ilegalmente, retiver em seu poder ou desviar dinheiro do Município ou dêle se apropriar seja ou não funcionário público.

Art. 260 - A autoridade competente determinará a pena aplicável, quando mais de uma fôr prevista para a mesma infração.

Art. 261 - As regras dêste título aplicam-se subsidiàriamente a todos os casos de imposição de multas por infração de lei ou regulamento.

Art. 262 - O produto das multas não poderá ser atribuido,no todo ou em parte, aos denunciantes, nem aos funcionários que autuarem o infrator, que as impuserem ou as confirmarem.

Art. 263 - É ilícito ao funcionário receber qualquer espécie de contribuição, inclusive emolumentos de qualquer natureza ou percentagens, sem que seja emitido o competente conhecimento de arrecadação, na forma estabelecida por êste Código.

Parágrafo único - O funcionário que incidir nas disposições dêste artigo, ficará sujeito à pena de demissão.

Digitalizado com CamScanner

CAPÍTULO XII

Das Isenções

SEÇÃO I

Das Isenções de Impostos

Art. 264 - São isentos do impôsto predial:

a) as dependências dos templos de qualquer religião, que não sejam objeto de locação;

b) as casas paroquiais e as dos ministros de quaisquer religiões, anexas ou não a templos religiosos, desde que pertençam às respectivas entidades religiosas e não sejam objeto sv lomação; sendo que a cada templo não pode corresponder, para efeito dêste artigo, mais que uma casa paroquial ou residencial de ministros de quaisquer religiões;

c) palácios episcopais e seminários;

d) as praças de esportes pertencentes às sociedades esportivas;

e) prédios e dependências ocupados com instituição de caridade e ensino gratuito;

f) as casas populares, por 5 (cinco) anos.

§ 1º - Só farão juz à isenção, os prédios usados pelas entidades referidas neste artigo, as atividades e serviços de suas finalidades.

§ 2º - Sòmente será concedida isenção às entidades referidas neste artigo que estiverem legalmente constituidas, possuirem patrimônio e mantiverem atividades permanentes.

Art. 265 - São isentos do impôsto territorial urbano:

a) os terrenos pertencentes às instituições de caridade e beneficência, quando constituirem dependências de asilo, hospitais ou escolas gratuitas, desde que não sejam objeto de locação;

b) os terrenos que integram praças de esportes pertencentes à sociedades esportivas e destinadas à pratica de exercício e competição esportivas;

c) os terrenos anexos a estabelecimentos de ensino desde que destinados ao uso e recreio dos alunos;

SEÇÃO II

Das Isenções de Taxas Municipais

Art. 266 - São isentos de taxas de viação e serviços urbanos:

Digitalizado com CamScanner

a) os próprios federais e estaduáis, quando exclusivamente utilizados em seus serviços;

b) os próprios ocupados com estabelecimentos de caridade,/ não compreendendo, entre êstes, aquêles que sejam objeto de locação, tais como aquêles que aluguem, ou loquem quartos para doentes e semelhantes;

c) os próprios ocupados com estabelecimentos de ensino e educação gratuitos;

d) os templos de qualquer religião.

Art. 267 - São isentos da taxa de inumação:

a) os servidores municipais;

b) as pessoas de reconhecida falta de recursos, mediante / atestado de pobreza fornecido pêla autoridade competente.

Art. 268 -

CAPÍTULO XIII

Diposições Finais

Art. 268 - O contribuinte dos impostos predial e territorial urbano, que efetuar pagamento antecipado das prestações dos mesmos, gozará de um desconto de 10% (dez por cento) sôbre o valor dos impostos.

Art. 269 - O segundo membro de uma mesma família gozara da dedução de 30% da Taxa de Educação, referente à sua matrícula. O 3º membro e seguintes, gozarão da dedução de 50% da mesma taxa.

Art. 270 - O salário mínimo, para os efeitos dêste código, é ovigente no Município a 31 de dezembro do ano anterior àquêle em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa, completando-se as frações de NCR$ 1,00 (hum cruzeiro novo).

Art. 271 - Do valor apurado na divisão das prestações dos impostos, serão completadas as frações de NCR$ 0,10 (dez centavos).

Art. 272 - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º/1/1969.

Prefeitura Municipal de Matias Barbosa, 30 de Novembro de 1968.

- Prefeito Municipal -

- Secretário -

Digitalizado com CamScanner

T A B E L A VI

(TAXA RODOVIÁRIA - TABELA "A")

Discriminação	Alíquota
I - Veículos importados de até 3 anos de fabricação	20 %
II - Veículos nacionais de até 3 anos de fabricação	15 %
III - Veículos nacionais ou importados de 3 a 10 anos de fabricação	13 %
IV - Veículos nacionais ou importados de 10 a 20 anos de fabricação	10 %
V - Veículos nacionais ou importados de mais de 20 anos de fabricação	8%
VI - Motocicletas, motonetas, triciclos, reboques, tratores e máquinas industriais, / quando utilizadas nas vias públicas, bem como placas de experiência	5 %

(TAXA RODOVIÁRIA - TABELA "B")

- Por hectare	NCR$ 0,10

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

T A B E L A I

(IMPÔSTO TERRITORIAL URBANO)

VALOR DO TERRENO	IMPÔSTO A SER PAGO
De até NCR$ 350,00	NCR$ 5,00
De mais de NCR$ 350,00 até NCR$ 1.000,00 . . .	1,5%
De mais de NCR$ 1.000,00 até NCR$ 2.000,00 . .	1,7%
De mais de NCR$ 2.000,00 até NCR$ 3.000,00 . .	2,0%
De mais de NCR$ 3.000,00 até NCR$ 4.000,00 . .	2,2%
De mais de NCR$ 4.000,00 por fração de NCR$500,00	0,1%

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

Digitalizado com CamScanner

Discriminação	Alíquota
2 - Serviços de Diversão	
- por espetáculo ou função	5 %
- por mês	40 %
- por ano	100 %
II - Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Ambulante e Eventual.	
1 - Taxas:	
- por dia	0,5 %
- por mês	5 %
- por ano	15 %
2 - Relação de artigos:	
1 - Alimentos preparados, inclusive refrigerantes, para venda em balcões, barracas ou / ou mesas.	
2 - Aparêlhos elétricos de uso doméstico	
3 - Armarinhos e miudezas.	
4 - Artefatos de couro.	
5 - Artigos Carnavalescos.	
6 - Artigos para fumantes.	
7 - Artigos de papelaria.	
8 - Artigos de toucador.	
9 - Baralhos e outros artigos de jogos considerados de azar.	
10 - Brinquedos e artigos ornamentais para presentes.	
11 - Fogos de artifício.	
12 - Gêneros alimentícios, aves, ovos, verduras, frutas, doces, queijos, etc.	
13 - Joias e relógios.	
14 - Louças, ferragens e artefatos de plástico e de borracha, vassouras, escovas, palhas de aço e semelhantes.	
15 - Peles, peliças, plumas ou confecções de luxo.	
16 - Tecidos e roupas.	
17 - Artigos não especificados, exceto revistas, livros e jornais.	

Digitalizado com CamScanner

TABELA II

(IMPÔSTO SÔBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA)

Discriminação	Alíquota
I - Profissionais liberais	50% sôbre o salário mínimo
II - Fornecimento de trabalho por profissional autônomo com ou sem utilização de máquinas, / ferramentas ou veículos	50% sôbre o salário mínimo
III - Fornecimento de trabalho por pessoas jurídicas ou físicas, não profissionais, com ou / sem utilização de máquinas, ferramentas ou / veículos	0,5% sôbre a receita bruta
Nota: as atividades dos itens precedentes serão descontadas de 50% quando acompanhadas do fornecimento de materiais, nos têrmos do artigo 162 do Código Tributário.	
IV - Locação de espaça em bens imóveis, a título/ de hospedagem ou guarda de bens de qualquer natureza	1% sôbre a receita bruta

TABELA III

Discriminação	Alíquota % sôbre o salário mínimo
I - Taxa de Licença para Funcionamentos Especiais.	
1 - Prorrogação de Horário:	
1.1 - até as 22 horas	
- por dia	1 %
- por mês	10%
- por ano	30 %
1.2 - além das 22 horas:	
- por dia	5 %
- por mês	15 %
- por ano	50 %
2 - Serviços de Diversão	

Digitalizado com CamScanner

T A B E L A IV

(TAXA DE CEMITÉRIO)

Discriminação	Alíquota % sôbre o salário mínimo
1 - inumação em sepultura rasa	3 %
2 - inumação em carneiro	4 %
3 - perpetuidade:	
- de sepultura rasa, por metro quadrado. . . .	15 %
- de carneiro, por metro quadrado	20 %
- jazigo (carneiro, duplo, geminado) por metro quadrado	30 %
- nicho	30 %
4 - exumações:	
- antes de vencido o prazo legal, digo regulamentar de decomposição	10 %
- após vencido o prazo regulamentar de decomposição	2 %
5 - diversos:	
- abertura de sepultura para nova inumação. .	5 %
- entrada ou retirada de ossada do cemitério	3 %
- remoção de ossada no interior do cemitério	2, %
- permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição e execução de obras de embelezamento	2 %
- emplacamento	0,5%
- ocupação de ossário por cinco anos.	2 %

T A B E L A V - (TAXA DE EXPEDIENTE E EMOLUMENTOS)

Discriminação	Alíquota % sôbre o salário mínimo
1 - Taxa de alvarás	2 %
2 - Taxa de atestados	
1 - por lauda até 33 linhas ou fração	0,5%
2 - sôbre o que exceder por lauda pu fração .	0,3%
3 - Taxa de Certidões:	
1 - por lauda até 33 linhas ou fração	0,5%
2 - sôbre o que exceder por lauda ou fração .	0,3%
3 - busca por ano (além das taxas anteriores)	0,1%
4 - Taxa de expediente	
- por talão expedido	NCR$ 0,10

Digitalizado com CamScanner